

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores Acionistas

A Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

O ano de 2010 representou um novo marco na história da Companhia com a realização da Oferta Pública de Ações ("IPO" – sigla em inglês), em 31 de março, que possibilitou a captação de mais de R\$ 1,3 bilhão, nas ofertas primária e secundária, correspondente a 144.003.000 ações, 25,8% do total das ações da Companhia. Em menos de 12 meses após a realização do IPO, as ações apresentaram uma valorização de 35%, o que demonstra o interesse dos investidores na estratégia da Companhia de se tornar a maior empresa de infraestrutura logística integrada do Brasil, com foco na operação de plataformas de logística intermodal, concessões rodoviárias e serviços correlatos.

Temos crescido de forma consistente por meio de investimentos criteriosos, buscando, principalmente, identificar ativos que possam complementar as nossas operações atuais, capturar ou agregar valor aos diversos elos da cadeia logística intermodal. Nesse sentido, a abertura de capital no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa, nos dá condições de continuar seguindo o caminho de crescimento traçado em nossa estratégia, comprometidos com a sustentabilidade, a governança e o respeito aos investidores.

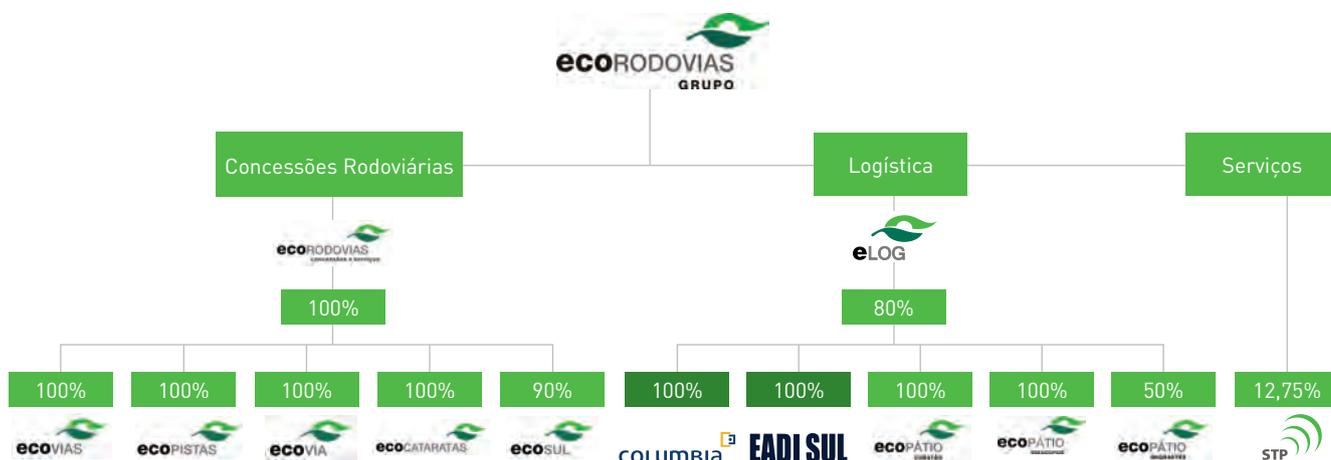
O crescimento e desenvolvimento da economia do País trazem desafios que, se já eram latentes, se fazem ainda mais visíveis. Entre eles, um dos mais graves gargalos do Brasil – o de infraestrutura para escoamento das exportações e distribuição de produtos importados e o próprio mercado interno. Os investimentos nessa área, por questões culturais, políticas, econômicas, entre outras, eram até pouco tempo realizados apenas pelo Governo. Entretanto, começa a surgir como oportunidade para o setor privado, dada a agilidade e qualidade demandadas para o desenvolvimento de soluções complexas. Para capturar essas eventuais oportunidades, a nossa estratégia está bem definida: foco total em soluções de logística. Mais do que administrar concessões, a nossa estratégia considera a abertura de um leque de facilidades para a movimentação de produtos em nosso País que, apenas pelo ato de ter dimensões continentais, já se constitui como um grande desafio. Por meio de uma gestão sustentável, pretendemos que nossas operações representem uma alternativa eficiente tanto em termos econômicos como operacionais, seja para turismo ou para o transporte de mercadorias. Desta forma, consolidaremos nossa posição de gerir os principais corredores de exportação e importação nas regiões Sul e Sudeste do País, regiões que concentram mais da metade do PIB brasileiro. Nesse sentido, a aquisição dos Armazéns Gerais Columbia e da EADI Sul foi estratégica para a composição de ativos que propicia a oferta de soluções integradas em logística. A integração da Columbia e a EADI Sul com os nossos ativos de logística, os Ecopátios, resultou em uma estrutura com 3.690 mil metros quadrados de área total, representadas por 17 plataformas logísticas e com mais de 430 mil metros quadrados de armazéns.

No setor de concessões rodoviárias, registramos em 2010 a passagem de mais de 180 milhões de veículos equivalentes pagantes, o que representou um aumento de 52,4% em relação ao ano de 2009. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

É com esta estrutura de ativos que esperamos estar a cada ano melhor preparados para as oportunidades do mercado, aumentando a oferta de soluções dentro de uma cadeia logística integrada. Confiamos continuar sendo, para nossos colaboradores, uma das melhores empresas para se trabalhar, investindo em treinamento, benefícios e reconhecimento e oferecendo um ambiente desafiador. É também nosso objetivo ser a primeira opção de investimento para os acionistas que enxergam o potencial da logística no Brasil e respeitam o conceito de gestão sustentável.

Com a sensação de dever cumprido, entusiasmados pelos resultados obtidos e com o ânimo e motivação renovados para o futuro, gostaríamos de expressar os agradecimentos aos nossos colaboradores que construíram em 2010 uma Companhia mais eficiente, rentável e robusta. Agradecemos, também, aos nossos acionistas que durante o ano nos prestigiaram com sua confiança, aos conselheiros que conduziram com perfeição nossas atividades, aos fornecedores e demais instituições que firmaram uma parceria saudável e aos clientes e usuários que puderam usufruir de toda eficiência e segurança de nossas soluções.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os efeitos da adoção do IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) estão apresentados na nota nº 4 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias – Evolução do Tráfego

O tráfego consolidado atingiu a marca de 180.051 mil veículos equivalentes pagantes em 2010, superior em 52,5% em relação aos 118.100 mil veículos equivalentes pagantes registrados em 2009. Os principais motivos deste crescimento foram: (i) forte crescimento orgânico em todas as nossas concessionárias, devido ao aumento tanto do fluxo do volume de cargas movimentadas nos corredores de exportação e importação, com origem e destino aos portos e fronteiras, como pelo aumento no número de veículos de passeio em direção a região de turismo servidos pelas rodovias do Grupo e (ii) consolidação de 12 meses do tráfego da Ecopistas (SP), sendo que a concessionária iniciou a sua operação em junho de 2009, com destaque para o forte crescimento de seu tráfego que atingiu 70.111 mil veículos equivalentes pagantes em 2010. Desconsiderando a consolidação da Ecopistas, o crescimento consolidado das demais rodovias foi de 12,0%, atingindo 109.940 mil veículos equivalentes pagantes.

Logística

Nas operações de movimentação de contêineres, referentes aos serviços de REDEX (exportação) e DEPOT (vazios), o EcoPátio Cubatão registrou em 2010 um aumento de 301,9% em comparação a 2009.

Em 28 de maio de 2010, a EcoRodovias comunicou a aquisição da Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. A autorização de transferência de 100% do controle acionário das empresas para a Elog foi emitida em outubro de 2010 pela Secretaria da Receita Federal, órgão responsável pela normatização dos recintos alfandegados no Brasil e, em 28 de dezembro de 2010, a EcoRodovias finalizou a aquisição.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta consolidada atingiu R\$ 1.528,2 milhões em 2010, superior em 27,2% em relação a 2009.

»» RECEITA BRUTA

(EM MILHÕES DE R\$)	2010	2009	VAR.
Concessões Rodoviárias	1.456,1	1.162,1	25,3%
Logística	25,7	11,6	120,7%
Receita de Serviços	46,4	27,5	68,5%
CONSOLIDADO	1.528,2	1.201,3	27,2%

Concessões Rodoviárias

- **Receitas de Pedágios:** em 2010 a receita bruta consolidada atingiu R\$ 1.233,3 milhão, o que representou um aumento de 23,7% em relação a 2009. Este crescimento reflete o forte aumento do volume de tráfego nas rodovias, a consolidação de 12 meses da Ecopistas (SP) e os reajustes contratuais das tarifas básicas de pedágios. A receita com arrecadação de pedágios representou 80,7% da receita bruta consolidada da companhia.
- **Receitas Acessórias:** estas receitas acessórias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e representaram, em 2010, 3,1% da receita bruta do grupo.
- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi de R\$ 174,1 milhões em 2010, 39,9% superior ao ano de 2009. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo que os valores contabilizados correspondem aos mesmos valores contabilizados na conta de “Custo de Obra”.

Logística

- **Receita de logística:** a receita é proveniente dos serviços prestados na movimentação de contêineres no REDEX e DEPOT, Pátio Regulador de Caminhões e aluguel de armazéns, prestados pelos Ecopátio Cubatão e Ecopátio Imigrantes. A receita consolidada atingiu, em 2010, o valor de R\$ 30,7 milhões, 163,4% superior aos R\$ 11,6 milhões obtidos em 2009. Desde 31 de março de 2010, as receitas de logística passaram a ser consolidadas em 80% devido à entrada da BRZ nos negócios de logística da EcoRodovias.

STP – Sem Parar/Via Fácil

- **Receita de Serviços:** a receita bruta da STP atingiu R\$ 363,9 milhões em 2010, um aumento de 68,5% em relação a 2009, acompanhando o incremento da base de *tag's* ativos de usuários, com 2.562 mil dispositivos instalados. A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a R\$ 46,4 milhões consolidados na receita bruta.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada atingiu R\$ 370,8 milhões no 4T10 e R\$ 1.427,6 milhão em 2010, crescimento de 26,6% comparado ao ano de 2009. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 27,0 milhões no 4T10 e R\$ 100,6 milhões em 2010, representando 6,6% do total da receita bruta do período. A receita líquida sem os efeitos do ICPC 01 foi de R\$ 1.252,9 milhão.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2010, os custos e despesas consolidados atingiram R\$ 756,0 milhões, frente aos R\$ 598,1 milhões em 2009, variação de 26,4%.

»» CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(EM MILHÕES DE R\$)	2010	2009	VAR.
Concessões Rodoviárias	671,3	524,1	28,1%
Logística	24,3	13,1	85,9%
Holdings e STP	60,4	60,9	-1,0%
CONSOLIDADO	756,0	598,1	26,4%

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas por negócio foram:

Concessões Rodoviárias

Os custos e despesas no setor de concessões rodoviárias apresentaram uma variação de 28,1% devido, principalmente, à: (i) consolidação em 2010 de 12 meses dos custos operacionais e despesas administrativas da Ecopistas, sendo que esta concessionária entrou em operação em junho de 2009; (ii) incrementos dos serviços de manutenção, obras de conservação e recuperação de viadutos e sinalizações de segurança nas rodovias; (iii) aumento da despesa de depreciação devido a conclusão de novas obras em todas as concessionárias e (iv) aumento da provisão de custo futuros de manutenção rodoviária e no custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

Logística

O aumento nos custos e despesas de 85,9% deveu-se, basicamente, à: (i) entrada em operação dos serviços de DEPOT e REDEX no Ecopátio Cubatão, que ocasionou a necessidade do aumento do quadro de colaboradores e de serviços terceirizados; (ii) aumento das despesas de depreciação devido ao término da construção da infraestrutura dos Ecopátios Cubatão e Imigrantes.

EBITDA e MARGEM EBITDA

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2010, o EBITDA totalizou R\$ 812,1 milhões, crescimento de 26,5% em relação aos R\$ 642,0 milhões obtidos em 2009. Neste valor foi desconsiderado o ganho não recorrente de equivalência patrimonial da venda de participação de 20% da Elog à BRZ e o reconhecimento da reavaliação do valor da participação da Companhia na Elog, pelo valor de venda desta participação, no montante de R\$ 297,8 milhões.

A margem EBITDA passa a ser calculada considerando o EBITDA apurado com base nas novas normas contábeis (IFRS), onde é determinado que a Receita de Construção é parte do saldo da Receita Líquida e o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção são partes integrantes do saldo dos Custos dos Serviços Prestados. Desta forma, a margem EBITDA atingiu 56,9% em 2010, em linha com o mesmo valor obtido em 2009.

Para fins comparativos, apresentamos também o EBITDA ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, mantendo desta forma as mesmas bases de comparação ao padrão contábil anteriormente vigente.

»» EBITDA IFRS

(EM MILHÕES DE R\$)	2010	2009	VAR.
CONSOLIDADO			
Lucro Líquido	594,0	215,2	176,1%
Depreciação e Amortização	140,4	111,6	25,8%
Resultado Financeiro	199,5	174,3	14,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	175,9	140,9	24,9%
Resultado de Operações não recorrentes	(297,8)	-	nm
EBITDA IFRS	812,0	642,0	26,5%
Margem EBITDA IFRS	56,9%	56,9%	-

»» EBITDA AJUSTADO S/IFRS

(EM MILHÕES DE R\$)	2010
EBITDA IFRS	812,1
Receita de Construção	(174,7)
Custo de Construção	174,7
Provisão para Manutenção	48,2
EBITDA Ajustado	860,3
Margem EBITDA ajustada	68,7%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2010 foi uma despesa de R\$ 199,5 milhões, 14,4% superior em relação aos R\$ 174,3 milhões registrados em 2009. Esta variação foi devido, basicamente, ao aumento do estoque da dívida de 4,2% e variações monetárias passivas desta dívida e dos Diretos de Outorgas das Concessões.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2010, o lucro líquido atingiu R\$ 594,0 milhões (margem líquida de 41,6%), superior em 176,1% em relação à 2009. Este aumento deveu-se ao desempenho operacional das empresas consolidadas e pelo ganho de equivalência proveniente da venda de participação de 20% da Elog ao fundo Logística Brasil (BRZ), e do reconhecimento da reavaliação do valor da participação da Companhia na Elog, pelo valor de venda desta participação, no valor de R\$ 297,8 milhões.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2010 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 872,7 milhões, dos quais R\$ 850,1 milhões são provenientes da oferta pública primária de ações realizada em abril de 2010. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 1.771,3 milhão em 30 de dezembro de 2010.

Em dezembro de 2010, a Elog realizou a emissão de R\$ 170,0 milhões em debêntures para o pagamento da aquisição das empresas Columbia e EADI Sul. As notas promissórias de R\$ 371,0 milhões emitidas pela Ecopistas, com vencimento em abril de 2011, já estão em fase de reestruturação, com objetivo de redução dos custos e alongamento de prazo através de emissão de debêntures. Quanto às dívidas da Columbia e EADI Sul, as mesmas totalizam R\$ 8,0 milhões, sendo a maioria em Reais e com vencimento entre 2012 e 2015.

»» ENDIVIDAMENTO

(EM MILHÕES DE R\$)	2010	2009	VAR.
Curto Prazo	768,6	613,2	25,3%
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	451,6	485,2	-6,9%
Debêntures	317,0	128,0	147,6%
Longo Prazo	1.002,7	1.087,4	-7,8%
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	125,0	96,4	29,7%
Debêntures	877,7	991,0	-11,4%
Endividamento Total	1.771,3	1.700,6	4,2%
Caixa e equivalentes de caixa	872,6	389,5	124,0%
Dívida Líquida	898,7	1.311,1	-31,5%

INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2010, foram de R\$ 254,7 milhões, 12,9% superior ao registrado em 2009.

No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados em 2010 foi de R\$ 215,4 milhões, superior em 37,1% em relação à 2009. As principais variações foram devido aos investimentos contratuais da Ecopistas e o incremento de investimentos na EcoRodovias Concessões na atualização e melhorias nos sistemas de informática das áreas operacionais e administrativas. No setor de logística, o valor de investimento realizado em 2010 foi de R\$ 30,5 milhões, variação negativa de 49,3% se comparado a 2009, devido à finalização das obras de infraestrutura de base nos ecopátios Cubatão e Imigrantes em 2009.

» CAPEX

(EM MILHÕES DE R\$)	2010	2009	VAR.
Concessões Rodoviárias			
Ecovias dos Imigrantes	52,2	66,9	-21,9%
Ecopistas	107,3	41,1	161,2%
Ecovia Caminho do Mar	25,8	21,4	20,5%
Ecocataratas	3,8	1,9	97,6%
Ecosul – Rodovias do Sul	19,1	23,9	-20,2%
EcoRodovias Conc. e Serviços	7,2	1,9	269,4%
Total	215,4	157,1	37,1%
Logística			
Ecopátio Logística Cubatão	6,9	22,8	-69,8%
Ecopátio Bracor Imigrantes	10,3	37,4	-72,5%
Elog	13,4	-	nm
Total	30,6	60,2	-50,8%
 Holding e STP			
 Holding e STP	 8,7	 8,1	 7,0%
 CONSOLIDADO	 254,7	 225,4	 13%

DIVIDENDOS

Para o exercício de 2010, a Companhia propôs o pagamento de dividendos complementares no montante total de R\$ 145,5 milhões, que somados aos dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente em 20/12/2010, totalizam R\$ 274,0 milhões que corresponde a 50% do lucro líquido apurado. Esta proposta está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias se compromete, ao adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e com o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

O Conselho de Administração é composto por sete membros, sendo um independente, e possuem mandatos unificados de dois anos. O Conselho de Administração conta com a assessoria dos Comitês de Auditoria, Avaliação e Remuneração, Ética, Sustentabilidade Corporativa e Governança.

A administração da companhia não possui vínculos com seus acionistas controladores e exercem uma gestão profissionalizada e compartilhada na busca sistemática de um consenso entre todos os seus membros, reforçando o conceito de órgão com decisões colegiadas.

GESTÃO DE PESSOAS

A EcoRodovias conquistou, em 2010, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela segunda vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Revista Exame/Você S.A., e entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos predefinidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do grupo, destaca-se o Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo à necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 151 mil crianças em mais de 18 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS). Adicionalmente, a Companhia contratou serviços de seus auditores para o processo de oferta pública de ações.

São Paulo, 22 de março de 2011.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009
(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

ATIVO	NOTA EX-PLICATIVA	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	370.287	17.522	6.875	872.654	389.524	53.375
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	-	29.800	30.070	9.128
Clientes	8	-	-	-	127.722	91.176	63.065
Impostos a recuperar	9	12.288	4.285	4.368	21.851	6.553	4.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		4.787	87.845	39.503	-	-	-
Depósitos judiciais	11	8.398	7.866	7.185	8.398	7.866	7.185
Despesas antecipadas	10	-	118	-	6.995	6.023	3.546
Outros créditos		884	203	271	9.460	5.134	2.420
Total do ativo circulante		<u>396.644</u>	<u>117.839</u>	<u>58.202</u>	<u>1.076.880</u>	<u>536.346</u>	<u>143.283</u>
NÃO CIRCULANTE							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.a	-	-	-	72.937	66.329	63.546
Depósitos judiciais	11	-	-	-	6.130	3.484	3.224
Ativos indenizatórios	12	-	-	-	2.870	-	-
Empresas relacionadas	23	33	31	126	260	-	-
Outros créditos		-	-	-	3.882	-	-
Despesas antecipadas	10	-	-	-	1.378	-	389
Investimentos:							
Em controladas	13	1.394.503	502.315	500.817	-	-	2.656
Ágio	13	7.833	8.347	350.763	-	-	-
Propriedades para investimento	14	-	-	-	43.599	42.728	5.310
Imobilizado	15	2.657	2.870	2.624	218.694	190.801	155.823
Intangível	16	<u>7.921</u>	<u>8.454</u>	<u>350.872</u>	<u>2.739.146</u>	<u>2.234.663</u>	<u>1.628.704</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.405.114</u>	<u>513.670</u>	<u>854.439</u>	<u>3.088.896</u>	<u>2.538.005</u>	<u>1.859.652</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.801.758</u>	<u>631.509</u>	<u>912.641</u>	<u>4.165.776</u>	<u>3.074.351</u>	<u>2.002.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009
(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA EX-PLICATIVA	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE							
Fornecedores		1.229	391	289	97.202	82.866	66.033
Contas a pagar – aquisição de empresas	19	-	-	-	88.025	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	361.713	450.241	484.521	446.091
Arrendamento mercantil	21	-	-	-	1.344	629	421
Debêntures	22	-	-	-	316.995	128.011	16.517
Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	25	223	352	21.757	14.481	11.983
Obrigações sociais	27	4.849	4.156	3.761	28.663	17.691	14.470
Programa de Parcelamento Especial – PAES		-	-	-	281	439	272
Empresas relacionadas	23	-	-	-	400	3.628	12.433
Credor pela concessão	26	-	-	-	15.205	322.177	13.381
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	-	15.266	14.129	12.787
Dividendos a pagar	29.g	3.310	-	-	3.310	-	-
Provisão para manutenção	24	-	-	-	24.337	58.238	39.416
Provisão para construção de obras futuras	25	-	-	-	10.143	-	-
Outras contas a pagar		8.365	8.095	93	39.802	24.924	9.820
Total do passivo circulante		<u>17.778</u>	<u>12.865</u>	<u>366.208</u>	<u>1.112.971</u>	<u>1.151.734</u>	<u>643.624</u>
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	123.505	95.100	75.373
Arrendamento mercantil	21	-	-	-	1.549	1.274	105
Debêntures	22	-	-	-	877.686	991.019	506.379
Empresas relacionadas	23	-	-	72	-	-	-
Programa de Parcelamento Especial – PAES		-	-	-	3.286	724	617
Adiantamento de clientes		-	-	-	6.769	4.345	4.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.a	2.777	-	-	17.629	5.138	6.387
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	28	-	-	-	47.679	24.827	21.963
Provisão para manutenção	24	-	-	-	120.517	103.346	122.825
Provisão para construção de obras futuras	25	-	-	-	6.886	15.431	4.682
Credor pela concessão	26	-	-	-	59.432	59.681	66.307
Total do passivo não circulante		<u>2.777</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>1.264.938</u>	<u>1.300.885</u>	<u>809.521</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	29.a	1.320.549	466.699	466.699	1.320.549	466.699	466.699
Reserva de lucros – legal	29.e	71.600	44.203	34.583	71.600	44.203	34.583
Reserva de capital	29.i	31.149	-	-	31.149	-	-
Reserva de dividendos	29.g	357.905	150.099	107.335	357.905	150.099	107.335
Prejuízos acumulados		-	(42.357)	(62.256)	-	(42.357)	(62.256)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		1.781.203	618.644	546.361	1.781.203	618.644	546.361
Participação dos não controladores no patrimônio das controladas		-	-	-	6.664	3.088	3.429
Total do patrimônio líquido		<u>1.781.203</u>	<u>618.644</u>	<u>546.361</u>	<u>1.787.867</u>	<u>621.732</u>	<u>549.790</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.801.758</u>	<u>631.509</u>	<u>912.641</u>	<u>4.165.776</u>	<u>3.074.351</u>	<u>2.002.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO O LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO)

	NOTA EXPLICATIVA	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	1.427.608	1.127.566
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	32	-	-	(623.618)	(490.932)
LUCRO BRUTO		-	-	803.990	636.634
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Pessoal	32	(19.416)	(13.476)	(56.651)	(47.673)
Despesas operacionais, gerais e administrativas	32	(18.630)	(32.376)	(75.672)	(59.539)
Resultado de equivalência patrimonial	13	344.979	291.478	-	-
Outras receitas, líquidas	5	239.399	363	297.778	943
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>546.332</u>	<u>245.989</u>	<u>969.445</u>	<u>530.365</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	33	59.078	2.804	90.551	26.064
Despesas financeiras	33	(1.956)	(36.501)	(290.011)	(200.371)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>603.454</u>	<u>212.292</u>	<u>769.985</u>	<u>356.058</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	17.c)	(10.382)	-	(165.140)	(140.144)
Diferidos	17.c)	<u>(2.777)</u>	-	<u>(10.806)</u>	<u>(731)</u>
		(13.159)	-	(175.946)	(140.875)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>590.295</u>	<u>212.292</u>	<u>594.039</u>	<u>215.183</u>
ATRIBUÍVEL À					
Participação dos acionistas controladores		590.295	212.292	590.295	212.292
Participação dos acionistas não controladores		3.744	2.891	3.744	2.891
		<u>594.039</u>	<u>215.183</u>	<u>594.039</u>	<u>215.183</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) – BÁSICO	34	<u>1,12</u>	<u>0,45</u>	<u>1,12</u>	<u>0,45</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) – DILUÍDO	34	<u>1,12</u>	<u>0,45</u>	<u>1,12</u>	<u>0,45</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO O VALOR POR AÇÃO)

	Atribuível aos acionistas da controlada					LUCROS/ (PREJUÍZOS) ACUMULADOS
	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL	LEGAL	RETENÇÃO	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		466.699	-	34.583	107.335	(62.256)
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-	-	-	-
Realização da reserva de retenção de lucros						
Dividendos distribuídos (R\$ 0,10 por ação)		-	-	-	(46.409)	-
Dividendos distribuídos (R\$ 0,06 por ação)		-	-	-	(27.513)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	212.292
Destinação do lucro:						
Reserva legal		-	-	9.620	-	(9.620)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	86.576	(86.576)
Dividendos intermediários (R\$ 0,14 por ação)		-	-	-	-	(66.087)
Dividendos propostos (R\$ 0,06 por ação)		-	-	-	30.110	(30.110)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		466.699	-	44.203	150.099	(42.357)
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-	-	-	-
Aumento de capital	29.c)	874.000	-	-	-	-
Custos de captação	29.d)	(20.150)	-	-	-	-
Prêmio de emissão de opção de ações	29.h)	-	324	-	-	-
Realização da reserva de retenção de lucros:						
Dividendos distribuídos (R\$ 0,21 por ação)	29.f)	-	-	-	(119.989)	-
Dividendos distribuídos (R\$ 0,06 por ação)		-	-	-	(30.110)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	590.295
Destinação do lucro:						
Reserva de capital	29.i)	-	30.825	-	-	(30.825)
Reserva legal	29.e)	-	-	27.397	-	(27.397)
Constituição de reserva de lucros – orçamento de capital	29.f)	-	-	-	215.747	(215.747)
Constituição para reserva de dividendos	29.f)	-	-	-	142.158	(142.158)
Dividendos intermediários (R\$ 0,21 por ação)	29.g)	-	-	-	-	(117.327)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,02 por ação)	29.g)	-	-	-	-	(11.174)
Dividendos obrigatórios complementares (R\$ 0,01 por ação)	29.g)	-	-	-	-	(3.310)
		<u>1.320.549</u>	<u>31.149</u>	<u>71.600</u>	<u>357.905</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO O VALOR POR AÇÃO)

	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS CONTROLADAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009	546.361	3.429	549.790
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	-	(3.232)	(3.232)
Realização da reserva de retenção de lucros			
Dividendos distribuídos (R\$ 0,10 por ação)	(46.409)	-	(46.409)
Dividendos distribuídos (R\$ 0,06 por ação)	(27.513)	-	(27.513)
Lucro líquido do exercício	212.292	2.891	215.183
Destinação do lucro:			
Reserva legal	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,14 por ação)	(66.087)	-	(66.087)
Dividendos propostos (R\$ 0,06 por ação)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	618.644	3.088	621.732
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	-	(168)	(168)
Aumento de capital	874.000	-	874.000
Custos de captação	(20.150)	-	(20.150)
Prêmio de emissão de opção de ações	324	-	324
Realização da reserva de retenção de lucros:			
Dividendos distribuídos (R\$ 0,21 por ação)	(119.989)	-	(119.989)
Dividendos distribuídos (R\$ 0,06 por ação)	(30.110)	-	(30.110)
Lucro líquido do exercício	590.295	3.744	594.039
Destinação do lucro:			
Reserva de capital	-	-	-
Reserva legal	-	-	-
Constituição de reserva de lucros – orçamento de capital	-	-	-
Constituição para reserva de dividendos			
Dividendos intermediários (R\$ 0,21 por ação)	(117.327)	-	(117.327)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,02 por ação)	(11.174)	-	(11.174)
Dividendos obrigatórios complementares (R\$ 0,01 por ação)	(3.310)	-	(3.310)
	<u>1.781.203</u>	<u>6.664</u>	<u>1.787.867</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	603.454	212.292	769.985	356.058
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	850	16.383	140.445	111.622
Amortização de ágio em investimentos	221	4.373	-	-
Remuneração com base em ações	324	-	324	-
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	5.511	364
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	32.185	223.755	134.837
Variação monetária com o Poder Concedente	-	-	29.773	20.685
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atualização monetária	-	-	20.984	9.284
Realização do ajuste a valor presente da provisão para manutenção e provisão para obras	-	-	1.599	1.449
Constituição de provisão para manutenção e atualização monetária	-	-	64.153	54.965
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(1.624)	(1.362)
Ágio em controlada	-	-	(239.015)	-
Investimentos em controladas	(569.452)	(54.897)	-	2.656
Resultado de equivalência patrimonial	(344.979)	(291.478)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(17.022)	(28.111)
Empresas relacionadas	-	95	-	-
Impostos a recuperar	(8.003)	83	(14.917)	(1.989)
Despesas antecipadas	118	(118)	60	(2.477)
Depósitos judiciais	(532)	(681)	(577)	(347)
Ativos indenizatórios	-	-	(18.272)	-
Outros créditos	(681)	68	17.583	(2.715)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	838	102	6.930	16.833
Obrigações sociais	693	395	3.037	3.221
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(198)	(129)	5.851	2.498
Empresas relacionadas	-	(72)	(3.738)	(8.805)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(6.526)	(5.934)
Provisão para manutenção	-	-	(80.883)	(55.620)
Outras contas a pagar	269	8.003	7.631	15.201
Juros pagos	-	-	(199.746)	(108.571)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.383)	-	(166.124)	(138.802)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(327.461)	(73.396)	549.177	374.940

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Dividendos recebidos	105.080	224.582	-	-
Ativos recebidos de novas aquisições – Armazéns Gerais Columbia e Eadi Sul	-	-	(116.307)	-
Aquisição de propriedade para investimento	-	-	(10.293)	(37.418)
Cessão Elog	-	-	13.497	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(104)	(530)	(244.389)	(457.142)
Participação de acionistas não controladores	-	-	(168)	(3.232)
Recebimento na venda de imobilizado	-	-	-	(275)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>104.976</u>	<u>224.052</u>	<u>(357.660)</u>	<u>(498.067)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	874.000	-	874.000	-
Custos de captação de oferta pública	(20.150)	-	(20.150)	-
Credor pela concessão	-	-	(336.994)	(10.584)
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.894	(19.580)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures – terceiros	-	-	990.889	2.189.368
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(943.487)	(1.559.919)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	<u>(278.600)</u>	<u>(140.009)</u>	<u>(278.600)</u>	<u>(140.009)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	575.250	(140.009)	287.552	459.276
Efeito líquido de caixa na aquisição de novas empresas	-	-	4.061	-
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>352.765</u>	<u>10.647</u>	<u>483.130</u>	<u>336.149</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.522	6.875	389.524	53.375
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	370.287	17.522	872.654	389.524
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>352.765</u>	<u>10.647</u>	<u>483.130</u>	<u>336.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
RECEITAS				
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.233.260	997.148
Com construção	-	-	174.700	124.867
Outras receitas	-	363	120.287	80.241
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)				
Custo dos serviços prestados	-	-	(368.198)	(334.842)
Deduções e abatimentos	-	-	(4.062)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.559)	(12.806)	(116.077)	(49.032)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	(17.559)	(12.443)	1.039.910	818.382
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.071)	(20.756)	(140.445)	(111.622)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(18.630)	(33.199)	899.465	706.760
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	59.078	2.804	90.551	26.064
Resultado de equivalência patrimonial	344.979	291.478	-	-
Outras receitas, líquidas	239.399	-	297.778	-
	643.456	294.282	388.329	26.064
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	624.826	261.083	1.287.794	732.824
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:	19.416	13.400	131.220	107.795
Remuneração direta	17.964	11.931	110.903	88.909
Benefícios	998	933	15.666	14.308
FGTS	454	536	4.651	4.578
Impostos, taxas e contribuições:	13.159	2.543	272.524	239.778
Federais	13.159	2.542	238.325	214.622
Municipais	-	1	34.199	25.156
Remuneração de capitais de terceiros:	1.956	32.848	290.011	172.959
Juros	-	32.185	175.121	164.453
Aluguéis	1.956	663	114.890	8.506
Remuneração de capitais próprios:	590.295	212.292	594.039	212.292
Dividendos	-	96.197	-	96.197
Participação dos não controladores	-	-	3.744	-
Lucro do exercício retido	590.295	116.095	590.295	116.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias" ou "Companhia") é uma companhia anônima com sede em São Paulo, SP, listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e às práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado – IFRS e BR GAAP.

b) Às demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora – BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelo CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

2.3. Moedas funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações que a Companhia detenha em substância o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Participação dos não controladores", respectivamente.

c) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, na proporção dos ativos, passivos e resultados à participação da Companhia.

d) Avaliação de investimento a valor justo por perda de controle

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

2.5. Combinação de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultado do período.

Para cada combinação de negócios, a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados à emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:

Como parte da transição para as IFRSs e os CPCs, a Companhia optou por não rerepresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esses ágios foram alocados como parte do ativo intangível da concessão e amortizados pelos critérios descritos na nota explicativa nº 2.9.

Tratamento de aquisições nas demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.6. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)

Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Aplicações financeiras mantidas para negociação:

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço, para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.7. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do exercício a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo das propriedades para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

2.9. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando este tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de *software* são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.10. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.11. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com

base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.12. Passivos financeiros

Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos passivos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos passivos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros, câmbio e *swaps* de indexador. A nota explicativa nº 36 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos passivos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo passivo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras não houve designação de instrumento de *hedge*.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento mercantil transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacionais.

2.14. Tributação

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada empresa do Grupo EcoRodovias, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Devido à aplicação do Regime Tributário de Transição – RTT, não existem efeitos relativos à aplicação dos CPCs registrados em impostos correntes.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo EcoRodovias espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando estes estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e o Grupo EcoRodovias pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços – ISS, ao Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 28.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

2.16. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.17. Benefícios a empregados – remuneração com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados planos de gratificação com base em ações, liquidados com as ações da Companhia e de suas controladas, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O plano de remuneração com base em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 29.h).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Reserva" que registrou o benefício aos empregados.

2.18. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a)** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- b)** As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c)** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

2.19. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 33.

2.20. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 29.g).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, juntando-se os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas que emendam as normas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- b) Modificações à IFRS 7 – Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.
- c) Modificações à IAS 32 – Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da “IAS 12 – Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo de se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda.
- d) Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à “IFRS 1 – First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)”, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia e de suas controladas entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as IFRSs e os CPCs, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 39.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto – PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, Índice Geral de Preço de Mercado – IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor – IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), *commodities* (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período.

b) Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 26.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSS E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

4.1. Efeito nas demonstrações financeiras consolidadas (IFRS e BR GAAP)

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes aos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas a seguir.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

▶▶ BALANÇOS PATRIMONIAIS

CONTAS	ITENS	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA TRANSIÇÃO PARA AS IFRSS	IFRSS	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA TRANSIÇÃO PARA AS IFRSS	IFRSS
Ativos							
Ativos circulantes:							
Caixa e equivalentes de caixa		53.375	-	53.375	389.524	-	389.524
Títulos e valores mobiliários		9.128	-	9.128	30.070	-	30.070
Clientes		63.065	-	63.065	91.176	-	91.176
Impostos a recuperar		4.564	-	4.564	6.553	-	6.553
Depósitos judiciais		7.185	-	7.185	7.866	-	7.866
Despesas antecipadas		3.546	-	3.546	6.023	-	6.023
Imposto de renda e contribuição social diferidos		319	(319)	-	389	(389)	-
Outros créditos		2.419	-	2.419	5.134	-	5.134
Total dos ativos circulantes		<u>143.601</u>	<u>(319)</u>	<u>143.282</u>	<u>536.735</u>	<u>(389)</u>	<u>536.346</u>
Ativos não circulantes:							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c)	6.930	56.616	63.546	16.912	49.417	65.329
Depósitos judiciais	b)	1.371	1.853	3.224	1.037	2.447	3.484
Despesas antecipadas		389	-	389	-	-	-
Investimentos		2.656	-	2.656	-	-	-
Propriedade para investimento		-	5.311	5.311	-	42.728	42.728
Imobilizado		1.338.749	(1.182.926)	155.823	1.451.755	(1.260.954)	190.801
Intangível		402.879	1.225.825	1.628.704	930.508	1.304.155	2.234.663
Total dos ativos não circulantes		<u>1.752.974</u>	<u>106.679</u>	<u>1.859.653</u>	<u>2.400.212</u>	<u>137.793</u>	<u>2.537.005</u>
Total dos ativos		<u>1.896.575</u>	<u>106.360</u>	<u>2.002.935</u>	<u>2.936.947</u>	<u>137.404</u>	<u>3.074.351</u>

CONTAS	ITENS	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA TRANSIÇÃO PARA AS IFRSS	IFRSS	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA TRANSIÇÃO PARA AS IFRSS	IFRSS
Passivos							
Passivos circulantes:							
Fornecedores		66.033	-	66.033	82.866	-	82.866
Empréstimos e financiamentos		446.091	-	446.091	484.521	-	484.521
Arrendamento mercantil		421	-	421	629	-	629
Debêntures		16.517	-	16.517	128.011	-	128.011
Impostos, taxas e contribuições a recolher		11.983	-	11.983	14.481	-	14.481
Obrigações sociais		14.470	-	14.470	17.691	-	17.691
Programa de parcelamento Especial – PAES		272	-	272	439	-	439
Empresas relacionadas		12.433	-	12.433	3.628	-	3.628
Credor pela concessão		13.381	-	13.381	322.177	-	322.177
Provisão para imposto de renda e contribuição social	d)	12.787	-	12.787	14.129	-	14.129
Dividendos a pagar		27.513	(27.513)	-	30.110	(30.110)	-
Dividendos de minoritários		123	-	123	26	-	26
Provisão para manutenção	a)	-	39.416	39.416	-	58.238	58.238
Outras contas a pagar		9.697	-	9.697	24.898	-	24.898
Total dos passivos circulantes	a)	<u>631.721</u>	<u>11.903</u>	<u>643.624</u>	<u>1.123.606</u>	<u>28.128</u>	<u>1.151.734</u>
Passivos não circulantes:							
Empréstimos e financiamentos		75.373	-	75.373	95.100	-	95.100
Arrendamento mercantil		105	-	105	1.274	-	1.274
Debêntures		506.379	-	506.379	991.019	-	991.019
PAES		617	-	617	724	-	724
Adiantamento de clientes		4.883	-	4.883	4.345	-	4.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a)	6.387	-	6.387	5.138	-	5.138
Provisão para manutenção		-	122.825	122.825	-	103.346	103.346
Provisão para obras futuras	a)	-	4.682	4.682	-	15.431	15.431
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	b)	20.110	1.853	21.963	22.380	2.447	24.827
Credor pela concessão		<u>66.307</u>	-	<u>66.307</u>	<u>59.681</u>	-	<u>59.681</u>
Total dos passivos não circulantes		<u>680.161</u>	<u>129.360</u>	<u>809.521</u>	<u>1.179.661</u>	<u>121.224</u>	<u>1.300.885</u>
Total dos passivos		<u>1.311.882</u>	<u>141.263</u>	<u>1.453.145</u>	<u>2.303.267</u>	<u>149.352</u>	<u>2.452.619</u>
Capital e reservas:							
Capital social		466.699	-	466.699	466.699	-	466.699
Reservas de lucros – legal		34.583	-	34.583	44.203	-	44.203
Dividendos propostos		-	27.513	27.513	-	30.110	30.110
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(62.256)	(62.256)	-	(42.058)	(42.058)
Reserva de retenção de lucros		79.822	-	79.822	119.989	-	119.989
Participação minoritária em controladas		<u>3.429</u>	-	<u>3.429</u>	<u>2.789</u>	-	<u>2.789</u>
Total do patrimônio líquido		<u>584.533</u>	<u>(34.743)</u>	<u>549.790</u>	<u>633.680</u>	<u>(11.948)</u>	<u>621.732</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>1.896.415</u>	<u>106.520</u>	<u>2.002.935</u>	<u>2.936.947</u>	<u>137.404</u>	<u>3.074.351</u>

»» PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS	ITENS	EM 01/01/09 (DATA DE TRANSIÇÃO)	EM 31/12/09 (DATA DO ÚLTIMO PERÍODO APRESENTADO DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ANTERIORES)
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		581.104	630.891
Revisão de dividendos propostos adicionais	d)	27.513	30.110
Contabilização dos contratos de concessão	a), c)	(62.416)	(42.058)
Total dos ajustes ao patrimônio líquido		<u>(34.903)</u>	<u>(11.948)</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com as IFRSs		<u>546.201</u>	<u>618.943</u>

»» DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

CONTAS	ITENS	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA TRANSIÇÃO PARA AS IFRSS	IFRSS
Receita líquida	a)	1.002.699	124.867	1.127.566
Custo dos serviços prestados	a)	(411.343)	(79.589)	(490.932)
Lucro bruto		591.356	45.278	636.634
Despesas gerais e administrativas		(107.212)	-	(107.212)
Outras receitas líquidas		943	-	943
Lucro operacional antes do resultado financeiro		485.087	45.278	530.365
Resultado financeiro	a)	(156.654)	(17.653)	(174.307)
Lucro antes de impostos		328.433	27.625	356.058
Imposto de renda e contribuição social	c)	(133.608)	(7.267)	(140.875)
Lucro do exercício		194.825	20.358	215.183
Participação de minoritários em controladas		(2.432)	(459)	(2.891)
Lucro do exercício		192.393	19.889	212.292

»» FLUXO DE CAIXA

Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

CONTAS	ITENS	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA TRANSIÇÃO PARA AS IFRSS	IFRSS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	a)	427.388	(55.104)	372.284
Fluxos de caixa das atividades de investimento	a)	(561.099)	65.688	(495.411)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		469.860	(10.584)	459.276

Notas às reconciliações – A data de transição, definida para fins de preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos contábeis, foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas, sendo as principais, refletidas nos quadros anteriores, as seguintes:

a) ICPC 01 – Contratos de Concessão – Refere-se aos ajustes da ICPC 01, equivalente à interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão, em que foram consideradas as seguintes principais alterações: (i) transferência para o ativo intangível dos valores residuais anteriormente contabilizados ao ativo imobilizado, relativos à infraestrutura rodoviária; (ii) cálculo da amortização do ativo intangível relativo à infraestrutura rodoviária de acordo com o benefício econômico esperado, estimado por meio da projeção da curva de tráfego; (iii) registro da provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária; (iv) provisão dos investimentos que não apresentam potencial de benefícios futuros econômicos adicionais; e (v) registro de receita e custos de construção.

b) Depósitos judiciais – Os depósitos judiciais são apresentados como um ativo por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – Referem-se ao registro dos impostos diferidos sobre os ajustes aplicáveis.

d) Dividendos propostos adicionais – Os dividendos propostos que excederem o mínimo obrigatório de 25% foram revertidos para o patrimônio líquido.

4.2. Efeito nas demonstrações financeiras individuais (controladora)

Na preparação de suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos técnicos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 para todos os períodos apresentados, incluindo o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e do CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou em suas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2. Tal procedimento foi adotado de forma que fossem obtidos o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

»» BALANÇOS PATRIMONIAIS

CONTAS	ITENS	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS CPCS	BR GAAP REAPRE- SENTADO	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS CPCS	BR GAAP REAPRE- SENTADO
Ativos							
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		6.875	-	6.875	17.522	-	17.522
Impostos a recuperar		4.368	-	4.368	4.285	-	4.285
Dividendos a receber		39.503	-	39.503	87.845	-	87.845
Depósitos judiciais		7.185	-	7.185	7.866	-	7.866
Despesas antecipadas		-	-	-	118	-	118
Outros créditos		271	-	271	203	-	203
Total dos ativos circulantes		<u>58.202</u>	-	<u>58.202</u>	<u>117.839</u>	-	<u>117.839</u>
Ativos não circulantes							
Empresas relacionadas		126	-	126	31	-	31
Investimentos	a), c)	563.073	(62.256)	500.817	544.672	(42.357)	502.315
Imobilizado		2.624	-	2.624	2.870	-	2.870
Intangível		350.872	-	350.872	8.454	-	8.454
Total dos ativos não circulantes		<u>916.695</u>	<u>(62.256)</u>	<u>854.439</u>	<u>556.027</u>	<u>(42.357)</u>	<u>513.670</u>
Total dos ativos		<u>974.897</u>	<u>(62.256)</u>	<u>912.641</u>	<u>673.866</u>	<u>(42.357)</u>	<u>631.509</u>

CONTAS	ITENS	Em 01/01/09 (data de transição)		Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
		BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS CPCS	BR GAAP REAPRE- SENTA- DO	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS CPCS	BR GAAP REAPRE- SENTA- DO
Passivos							
Passivos circulantes							
Fornecedores		289	-	289	391	-	391
Empréstimos e financiamentos		361.713	-	361.713	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		352	-	352	223	-	223
Obrigações sociais		3.761	-	3.761	4.156	-	4.156
Dividendos a pagar	d)	27.513	(27.513)	-	30.110	(30.110)	-
Outras contas a pagar		93	-	93	8.095	-	8.095
Total dos passivos circulantes		<u>393.721</u>	<u>(27.513)</u>	<u>366.208</u>	<u>42.975</u>	<u>(30.110)</u>	<u>12.865</u>
Passivos não circulantes							
Empresas relacionadas		72	-	72	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		<u>72</u>	-	<u>72</u>	-	-	-
Total dos passivos		<u>393.793</u>	<u>(27.513)</u>	<u>366.280</u>	<u>42.975</u>	<u>(30.110)</u>	<u>12.865</u>
Capital e reservas							
Capital social		466.699	-	466.699	466.699	-	466.699
Reservas de lucros – legal		34.583	-	34.583	44.203	-	44.203
Dividendos propostos adicionais		-	27.513	27.513	-	30.110	30.110
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(62.256)	(62.256)	-	(42.357)	(42.357)
Reserva de retenção de lucros		79.822	-	79.822	119.989	-	119.989
Total do patrimônio líquido		<u>581.104</u>	<u>(34.743)</u>	<u>546.361</u>	<u>630.891</u>	<u>(12.247)</u>	<u>618.644</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>974.897</u>	<u>(62.256)</u>	<u>912.641</u>	<u>673.866</u>	<u>(42.357)</u>	<u>631.509</u>

»» PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	ITENS	EM 01/01/09 (DATA DE TRAN- SIÇÃO)	EM 31/12/09 (DATA DO ÚLTIMO PERÍ- DO APRESENTADO DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ANTERIORES)
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		581.104	630.891
Dividendos propostos adicionais		27.513	30.110
Lucros (prejuízos) acumulados	a), c)	(62.256)	(42.357)
Total dos ajustes no patrimônio líquido		(34.743)	(12.247)
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP reapresentado		546.361	618.644

»» DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31/12/09
(data do último período apresentado de acordo
com as práticas contábeis anteriores)

CONTAS	ITENS	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS CPCs	BR GAAP REAPRESENTADO
Lucro bruto		-	-	-
Despesas gerais e administrativas		(25.381)	-	(25.381)
Amortização de ágio de investimentos		(20.471)	-	(20.471)
Resultado de equivalência patrimonial		271.579	19.899	291.478
Outras receitas, líquidas		363	-	363
Lucro operacional antes do resultado financeiro	a), c)	226.090	19.899	245.989
Resultado financeiro		(33.697)	-	(33.697)
Lucro antes de impostos		192.393	19.899	212.292
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-
Lucro do exercício proveniente de operações continuadas		192.393	19.899	212.292
Participação dos minoritários		-	-	-
Lucro do exercício		192.393	19.899	212.292

»» DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo
com as práticas contábeis anteriores)

	ITENS	LUCRO DO EXERCÍCIO	LUCRO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES
De acordo com as práticas contábeis anteriores		192.393	192.393
Resultado de equivalência patrimonial	a), c)	19.899	19.899
Total dos ajustes ao resultado		19.899	19.899
De acordo com o BR GAAP Reapresentado		212.292	212.292

»» FLUXO DE CAIXA

Exercício findo em 31/12/09
(data do último período apresentado de acordo
com as práticas contábeis anteriores)

	BR GAAP ANTERIOR	EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS CPCs	BR GAAP REAPRESENTADO
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(18.499)	-	(18.499)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	169.155	-	169.155
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(140.009)	-	(140.009)

Notas às reconciliações – A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos contábeis foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas, sendo as principais, refletidas nos quadros anteriores, as seguintes:

a) ICPC 01 – Contratos de Concessão – Refere-se aos ajustes da ICPC-01, equivalentes à interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão, em que foram considerados o estorno da amortização local e a amortização pela curva de tráfego, o registro da provisão para manutenção das obras, a reclassificação dos itens de concessão para o ativo intangível, o registro da receita de construção e os respectivos custos atrelados, bem como os impactos dos impostos sobre tais ajustes.

b) Depósitos judiciais – Os depósitos judiciais são apresentados como um ativo por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – Referem-se ao registro dos impostos diferidos sobre os ajustes aplicáveis.

d) Dividendos propostos adicionais

Os dividendos propostos que excederem o mínimo obrigatório de 25% foram revertidos para o patrimônio líquido.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas subsidiárias majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

Na lista a seguir estão apresentadas as participações nas subsidiárias consolidadas:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Participação direta:			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	-
Elog S.A.	80%	100%	100%
Ecoporto Holding Ltda.	100%	100%	-
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP	12,75%	12,75%	12,75%
EIL01 Participações Ltda.	100%	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	-	-	100%
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	-	-	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A – Ecosul	-	90%	90%
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas	-	100%	-
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	100%	-	100%
Participação indireta:			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%	-
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul	90%	-	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas	100%	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	-	100%	-
Elog S.A.:			
Ecopátio Bracor Imigrantes S.A.	50%	50%	50%
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	100%	100%	-
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	-
Armazéns Gerais Columbia S.A.	100%	-	-
EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.	100%	-	-
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	-	-
Paquetá Participações Ltda.	100%	-	-
Bodner S.A.	100%	-	-

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

Controladas diretas

- A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC – Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE – Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), passaram a ser prestados serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- Em 19 de fevereiro de 2010 foi aprovada a proposta de investimento realizado na Elog S.A. pela Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações, mediante a subscrição e integralização pela Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações de novas ações representativas de 20% do capital social total e votante da Elog S.A., mais uma ação, representando um investimento total de R\$ 92.000. Dessa forma, a Companhia passou a deter 80% das ações da Elog S.A. O acordo de acionistas foi assinado em 31 de março de 2010.
- A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP tem por objetivo operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos – IAV no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no País, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP.
- A Ecoporto Holding Ltda. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A EIL-01 Participações Ltda. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo estado.

Controladas indiretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- A Armazéns Gerais Columbia S.A. tem por atividade a prestação de serviços de armazéns--gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- A EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, *holding*, acionista ou cotista.
- A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e da Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, controladas direta e indireta, respectivamente, a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, com as consequentes incorporações do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e do acervo líquido cindido, celebradas na mesma data entre a EcoRodovias Concessões, a Ecocataratas e a Companhia, como interveniente anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da EcoRodovias Concessões cindido e vertido para a Ecocataratas foi

avaliado em R\$ 249.619.261,00, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$ 23.167.715,00, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.

- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da EcoRodovias Concessões foi reduzido a R\$ 205.005.066,00, mediante o cancelamento de 272.786.976 ações, que foram suportadas pela Companhia. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$ 291.468.261,00, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas, com o patrimônio cindido da EcoRodovias Concessões incorporado pela Ecocataratas, e atribuídas exclusivamente à Companhia.
- Em razão da operação anteriormente descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Companhia.

Combinação de negócios

Em 7 de maio de 2010, a controlada direta Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Armazéns Gerais Columbia S.A e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda.

A aquisição totalizou R\$ 274.666. Por ocasião da assinatura do Contrato foi depositado o valor de R\$ 50.000 (R\$ 40.000 referentes à participação de 80% da Companhia) e liquidado o valor de R\$ 205.414 (R\$ 164.331 referentes à participação de 80% da Companhia) quando da finalização das condições precedentes, entre elas, especialmente, a aprovação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Do valor da liquidação foi retido dos vendedores o montante de R\$ 19.252 (R\$ 15.401 referentes à participação de 80% da Companhia), a título de garantia para possíveis provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

As operações logísticas da Armazéns Gerais Columbia S.A e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. são atualmente realizadas em 11 localidades em uma área total de aproximadamente 1,1 milhão de metros quadrados, nos quais estão incluídos 210,6 mil metros quadrados de armazéns, com movimentação de cargas em centros de distribuição e recintos alfandegados.

Nessas unidades, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- Armazenagem alfandegada, tanto no fluxo de importação como de exportação, mediante a operacionalização de diversos regimes aduaneiros.
- Centros de distribuição, desenvolvendo, além da armazenagem, gestão de estoques, montagens de *kits*, serviços de embalagem, etiquetagem e logística reversa, entre outros.
- Transporte rodoviário de contêineres e carga geral, em regime comum e aduaneiro.

O valor-base da transação está sujeito a ajustes contratuais usuais, e para fins de apuração do acervo líquido adquirido foram considerados os balanços patrimoniais em 28 de dezembro de 2010, cujos ativos e passivos adquiridos estão apresentados a seguir:

	SALDOS EM 28/12/10
Disponibilidades	5.076
Outros ativos correntes	52.433
Ativo imobilizado	32.724
Total do passivo	(57.775)
Ágio gerado na operação	77.043
Custo total da aquisição	274.666

A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais estão descritos a seguir:

	VALOR DE LIVROS	AJUSTES DE AQUISIÇÃO	VALOR JUSTO NA AQUISIÇÃO	PARTICIPAÇÃO ECORODOVIAS 80%
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.706	-	5.706	4.061
Contas a receber de clientes	24.509	-	24.509	19.607
Estoques	9	-	9	7
Outros créditos	14.626	-	14.626	11.701
Depósitos judiciais	1.429	-	1.429	1.143
Impostos diferidos	6.718	-	6.718	5.374
Ativos indenizatórios	-	3.587	3.587	2.870
Imobilizado	32.582	-	32.582	26.066
Intangível	5.284	156.495	161.779	129.423
Ágio	-	77.043	77.043	61.634
Fornecedores	(8.923)	-	(8.923)	(7.138)
Empréstimos e financiamentos	(10.247)	-	(10.247)	(8.198)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(8.670)	5.083	(3.587)	(2.870)
Outras contas a pagar	(29.935)	-	(29.935)	23.949
Preço de compra considerado	<u>32.458</u>	<u>242.208</u>	<u>274.666</u>	<u>219.731</u>

A Companhia está mensurando os valores justos de imobilizado, intangível e ágio de forma provisória, e após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos respectivos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios poderão ser ajustados retrospectivamente.

Perda de controle em investimentos

Em 2010, o Logística Brasil – Fundo de Investimentos em Participações integralizou o capital da Elog S.A., então controlada integral da Companhia, em R\$ 92.000, representativo de 20% do capital total e votante. Concomitantemente, foi assinado um acordo em que o controle da Elog S.A. passou a ser compartilhado entre os acionistas.

Como resultado da perda de controle, o investimento remanescente de 80% foi remensurado pelo seu valor justo na data da transação, resultando em um ganho de R\$ 239.236, reconhecido ao resultado do exercício na rubrica “Outras receitas operacionais líquidas”, tendo como contrapartida os seguintes ativos e passivos identificáveis:

Imobilizado	3.582
Intangível	5.003
Ágio (“goodwill”)	230.847
Empréstimos e financiamentos	(196)
	<u>239.236</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e bancos – Em moeda nacional	56	444	1.162	19.267	20.763	34.669
Aplicações financeiras:						
Fundo exclusivo (a)	346.565	-	-	597.758	-	-
Certificados de Depósito Bancário – CDB (b)	23.666	17.078	5.713	255.629	368.761	18.706
	<u>370.287</u>	<u>17.522</u>	<u>6.875</u>	<u>872.654</u>	<u>389.524</u>	<u>53.375</u>

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, sendo:

- 52,70% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- 38,65% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 8,65% de LFTs.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CDBs	133.961	-	-	231.057	-	-
Operação compromissada	182.629	-	-	315.000	-	-
LFTs	29.975	-	-	51.701	-	-
	<u>346.565</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>597.758</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99,0% e 101,35% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CDBs	<u>29.800</u>	<u>30.070</u>	<u>9.128</u>

São aplicações formadas por CDBs e remuneradas a taxas que variam entre 100,2% e 101,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 22).

8. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

a) A composição está assim representada:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Nacional	135.474	96.981	66.689
Internacional (i)	1.342	-	-
	136.816	96.981	66.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(9.094)	(5.805)	(3.624)
	<u>127.722</u>	<u>91.176</u>	<u>63.065</u>

(i) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro – CLIA, da controlada direta Armazéns Gerais Columbia S.A.

(ii) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP.

O *aging list* das contas a receber está assim representado:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	134.723	96.732	66.302
Vencidos:			
Até 30 dias	859	214	367
De 31 a 90 dias	1.097	23	20
De 91 a 180 dias	137	12	-
	2.093	249	387
	<u>136.816</u>	<u>96.981</u>	<u>66.689</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Impostos a recuperar	11.233	4.285	4.368	19.646	6.104	4.427
Outros	1.055	-	-	2.205	449	137
	<u>12.288</u>	<u>4.285</u>	<u>4.368</u>	<u>21.851</u>	<u>6.553</u>	<u>4.564</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, saldo este que será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL retidos, a pagar em 2011.

10. DESPESAS ANTECIPADAS – CONSOLIDADO (IFRSS E BR GAAP)

O saldo de R\$ 8.373 (R\$ 6.023 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.935 em 1º de janeiro de 2009) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 38.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo no início do exercício	11.350	10.409	11.061
Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	1.143	-	-
Adições	3.507	1.080	997
Baixas	(2.398)	(691)	(1.342)
Atualização monetária	926	552	(307)
Saldo no fim do exercício	<u>14.528</u>	<u>11.350</u>	<u>10.409</u>
Circulante	<u>8.398</u>	<u>7.866</u>	<u>7.185</u>
Não circulante	<u>6.130</u>	<u>3.484</u>	<u>3.224</u>

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas: Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. pela controlada direta Elog S.A.

12. ATIVOS INDENIZATÓRIOS

Em 7 de maio de 2010, a controlada Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Armazéns Gerais Columbia S.A. e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R\$ 18.272, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R\$ 15.402, totalizando o valor líquido de R\$ 2.870.

13. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 31/12/10		Percentual de participação direta		
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RESULTADO DO PERÍODO	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Elog S.A.	317.626	(4.637)	80%	100%	100%
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750	288.948	100%	100%	100%
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP	98.329	87.271	12,75%	12,75%	12,75%
Ecoporto Holding S.A.	(4)	1	100%	100%	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas	-	-	-	100%	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	100%
Ecosul Participações Ltda.	-	-	-	-	90%
ELI01 Participações Ltda.	1	-	100%	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	-	-	-	-	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	-	-	-	-	100%
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	268.777	(4.372)	100%	-	100%
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul	-	-	-	90%	-
ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda.	-	-	-	-	100%
ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda.	-	-	-	-	100%
Elog S.A. – mais-valia	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. – ágio	-	-	-	-	-
Lucros não realizados – Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	-

Consolidado

O saldo consolidado de R\$ 2.656 em 1º de janeiro de 2009 refere-se à diferença entre as contribuições de capital efetuadas pela Companhia e pela acionista Bracor Investimentos Imobiliários S.A. durante o exercício de 2008. Durante o ano de 2009, as contribuições de capital foram equalizadas.

Investimento			Equivalência patrimonial		
31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	
254.101	61.210	7.569	48.954	(978)	
627.750	502.703	46.863	288.948	90.630	
12.537	9.560	7.553	11.127	5.217	
(4)	1	-	(5)	-	
-	18.248	-	-	(4.983)	
-	-	28.942	-	(6.994)	
-	-	32.298	-	14.526	
1	-	-	-	-	
-	(51.659)	286.452	-	115.124	
-	(6.675)	12.045	-	17.887	
268.777	(49.350)	(3.715)	(4.372)	17.418	
-	26.278	(1.435)	-	10.896	
-	-	1	-	14.491	
-	-	2.795	-	18.080	
239.015	-	-	-	-	
-	-	89.614	-	-	
(7.674)	(8.001)	(8.165)	327	164	
<u>1.394.503</u>	<u>502.315</u>	<u>500.817</u>	<u>344.979</u>	<u>291.478</u>	

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	31/12/09	ADIÇÕES
Elog S.A.	61.210	143.937
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	395.019	186.278
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul	26.278	-
Rodovias das Cataratas S.A. – Ecocataratas	-	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas	18.248	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A.	9.560	-
Ecoporto Holding S.A.	1	-
EIL01 Participações Ltda.	-	1
Elog S.A. – ágio (<i>goodwill</i>)	-	239.235
Lucros não realizados – Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(8.001)	-
	<u>502.315</u>	<u>569.452</u>

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	31/12/08	AJUSTES	01/01/09
Concessionária Ecovias dos Imigrantes	338.111	(51.659)	286.452
Concessionária Ecovia Caminho do Mar	18.720	(6.675)	12.045
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL	-	(1.435)	(1.435)
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP	7.553	-	7.553
ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda.	1	-	1
ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda.	2.795	-	2.795
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	28.942	-	28.942
Ecosul Participações Ltda.	32.298	-	32.298
Elog S.A.	7.569	-	7.569
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	45.635	(49.350)	(3.715)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	-	46.863	46.863
Ecoporto Holding Ltda.	-	-	-
EIL-01 Participações Ltda.	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes – ágio	89.614	-	89.614
Lucros não realizados – Ecopátio	(8.165)	-	(8.165)
	<u>563.073</u>	<u>(62.256)</u>	<u>500.817</u>

DIVIDENDOS RECEBIDOS	TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO	INCORPORAÇÃO DE ÁGIO E IMPACTOS ICPC 01	AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/10
-	-	-	-	48.954	254.101
(8.673)	39.327	(273.149)	-	288.948	627.750
-	(26.278)	-	-	-	-
-	-	273.149	-	(4.372)	268.777
-	(18.248)	-	-	-	-
(8.150)	-	-	-	11.127	12.537
-	-	-	-	(5)	(4)
-	-	-	-	-	1
-	-	-	(221)	-	239.015
-	-	-	-	327	(7.674)
<u>(16.823)</u>	<u>(5.199)</u>	<u>-</u>	<u>(221)</u>	<u>344.979</u>	<u>1.394.503</u>

ADIÇÕES	DIVIDENDOS	AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO	TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO INCORPORAÇÕES	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/09
-	(100.193)	-	(290.999)	104.740	-
-	(17.856)	-	(12.045)	17.856	-
20.725	-	-	-	(2.477)	18.248
-	(15.210)	-	32.027	10.896	26.278
-	(3.210)	-	-	5.217	9.560
-	(14.491)	-	(1)	14.491	-
-	(18.080)	-	(2.795)	18.080	-
31.172	-	-	(53.120)	(6.994)	-
-	(6.236)	-	(40.588)	14.526	-
1.499	-	-	53.120	(978)	61.210
-	(19.560)	-	2.783	20.492	-
1.500	(78.089)	-	329.280	95.465	395.019
1	-	-	-	-	1
-	-	-	-	-	-
-	-	(4.373)	(85.241)	-	-
-	-	-	-	164	(8.001)
<u>54.897</u>	<u>(272.925)</u>	<u>(4.373)</u>	<u>(67.579)</u>	<u>291.478</u>	<u>502.315</u>

Os saldos dos ágios na controladora (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	ÁGIO ECOSUL	ÁGIO ECOCATARATAS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	350.763	350.763
Adições	8.561	-	8.561
Transferência de controle acionário	-	(334.880)	(334.880)
Amortização	(214)	(15.883)	(16.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.347	-	8.347
Amortização	(514)	-	(514)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>7.833</u>	<u>-</u>	<u>7.833</u>

14. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

»» AO CUSTO

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	TERRENOS E EDIFICAÇÕES	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro de 2009	3.851	1.459	5.310
Adições	34.554	2.864	37.418
Saldo em 31 de dezembro de 2009	38.405	4.323	42.728
Perda de participação (20% para BRZ)	(7.681)	(865)	(8.546)
Adições	10.293	-	10.293
Transferências	3.458	(3.458)	-
Depreciação	(876)	-	(876)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>43.599</u>	<u>-</u>	<u>43.599</u>

»» VALOR JUSTO CONSIDERANDO O TIPO DAS PROPRIEDADES

	31/12/10
Edificações	<u>69.736</u>

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR-14653 – Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

Foi utilizada, ainda, a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos – versão 2005, publicada pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Departamento de São Paulo.

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor dos respectivos imóveis.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo das propriedades para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

15. IMOBILIZADO

»» A) CONTROLADORA (BR GAAP)

	HARDWARE E EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	TERRENOS E EDIFICAÇÕES	OUTROS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro de 2009	326	144	293	1.804	57	2.624
Adições	52	2	21	-	432	507
Depreciação	(105)	(23)	(41)	(75)	(17)	(261)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	273	123	273	1.729	472	2.870
Adições	54	-	3	-	36	93
Depreciação	(113)	(23)	(41)	(76)	(53)	(306)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	214	100	235	1.653	455	2.657
Taxas anuais de depreciação	<u>20,1</u>	<u>10,4</u>	<u>10,1</u>	<u>3,4</u>	<u>11,6</u>	<u>-</u>

»» B) CONSOLIDADO (IFRSS E BR GAAP)

	HARDWARE E EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	TERRENOS E EDIFICAÇÕES	OBRAS EM ANDAMENTO	BENFEITORIAS	OUTROS	TOTAL
Saldo em 1º janeiro de 2009	30.828	9.866	2.613	17.193	87.000	-	8.323	155.823
Adições	18.129	408	1.728	3.534	15.764	-	9.115	48.678
Baixas	(8)	(48)	(8)	-	-	-	(20)	(84)
Transferências	3.650	3.356	99	98.698	(100.466)	-	(2.262)	3.075
Depreciação	(9.744)	(1.714)	(470)	(3.449)	-	-	(1.314)	(16.691)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	42.855	11.868	3.962	115.976	2.298	-	13.842	190.801
Ativos recebidos de novas aquisições	2.126	2.786	1.034	129	1.621	3.184	14.880	25.760
Cessão Elog S.A.	(289)	(685)	(31)	(19.784)	(460)	-	(376)	(21.625)
Adições	21.574	3.284	1.955	12.085	4.695	-	4.580	48.173
Baixas	(519)	(404)	(10)	-	(1.602)	-	(1.429)	(3.964)
Transferências	1.359	892	94	1.261	(882)	-	(715)	2.009
Depreciação	(13.433)	(2.118)	(686)	(4.543)	-	-	(1.680)	(22.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>53.673</u>	<u>15.623</u>	<u>6.318</u>	<u>105.124</u>	<u>5.670</u>	<u>3.184</u>	<u>29.102</u>	<u>218.694</u>
Taxas anuais de depreciação	<u>20,0</u>	<u>10,4</u>	<u>10,1</u>	<u>3,4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17,7</u>	<u>-</u>

A Administração da Companhia, com base em laudo interno de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximo ao custo atribuído. Por esse motivo, não constatou a necessidade de reavaliar os valores de seus ativos, pois estes já estão com seu valor próximo ao valor de mercado.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Em adição, o ativo imobilizado da Companhia contempla o saldo do ativo imobilizado das empresas controladas indiretas Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., ambas adquiridas em 28 de dezembro de 2010, cujos montantes foram avaliados por seus valores justos na data de aquisição do negócio, de forma provisória. Após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios poderão ser ajustados retrospectivamente.

16. INTANGÍVEL

»» A) CONTROLADORA (BR GAAP)

	SOFTWARE DE TERCEIROS	OUTROS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro de 2009	103	6	109
Adições	23	-	23
Amortização	(23)	(2)	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	103	4	107
Adições	11	-	11
Amortização	(28)	(2)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	86	2	88
Taxas anuais de amortização	5,0	-	-

(*) Vide nota explicativa nº 1.

» B) CONSOLIDADO (IFRSS E BR GAAP)

	CONTRATOS DE CONCESSÃO	ÁGIO ECOSUL	SOFTWARE	EM ANDAMENTO	ÁGIO - COLUMBIA	ÁGIO ECOPÁTIO CUBATÃO	ÁGIO ECOPÁTIO CUBATÃO	OUTROS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro de 2009	1.591.008	14.917	11.537	6.514	-	4.711	-	17	1.628.704
Adições	702.033	-	7.799	-	-	-	-	-	709.832
Baixas	(5)	-	(11)	-	-	-	-	-	(16)
Parcela transferida para impostos	-	(4.900)	-	-	-	-	-	-	(4.900)
Parcela transferida para acionistas minoritários	-	(952)	-	-	-	-	-	-	(952)
Transferências	(3.074)	-	-	-	-	-	-	-	(3.074)
Amortização	<u>(89.836)</u>	<u>(718)</u>	<u>(4.374)</u>	-	-	-	-	<u>(3)</u>	<u>(94.931)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.200.126	8.347	14.951	6.514	-	4.711	-	14	2.234.663
Ativos recebidos de novas aquisições	-	-	4.093	-	-	-	-	134	4.227
Cessão Elog	-	-	(199)	-	-	(942)	239.015	-	237.874
Adições	129.250	-	8.924	53.816	-	-	-	-	191.990
Adição - Columbia	129.423	-	-	-	61.634	-	-	-	191.057
Baixas	(349)	-	(67)	(1.131)	-	-	-	-	(1.547)
Transferências	50.988	-	(146)	(52.851)	-	-	-	-	(2.009)
Amortização	<u>(111.247)</u>	<u>(514)</u>	<u>(5.347)</u>	-	-	-	-	<u>(1)</u>	<u>(117.109)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.398.191</u>	<u>7.833</u>	<u>22.209</u>	<u>6.348</u>	<u>61.634</u>	<u>3.769</u>	<u>239.015</u>	<u>147</u>	<u>2.739.146</u>
Taxas anuais de amortização	(*)	-	5,0	-	-	-	-	-	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Revisão de perda por redução ao valor recuperável

Os ágios de vida útil indefinida (Ecopátio Cubatão, Elog e Columbia) não são amortizados, mas é testada anualmente a perda por redução ao valor recuperável.

Os respectivos ágios foram alocados ao grupo de unidades geradoras de caixa que formam a atividade de logística.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 15% ao ano (15% ao ano em 2009).

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CONSOLIDADO (IFRSs E BR GAAP)

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia e suas controladas reconheceram no ativo os créditos tributários referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e ao benefício fiscal do ágio incorporado e no passivo, os referentes às diferenças temporárias pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado ao menos anualmente.

Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	9.924	8.399	7.555
Efeito da contabilização dos contratos de concessão	36.499	49.029	56.296
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	4.484	4.770	-
Prejuízos fiscais	4.802	2.533	-
Outros	(401)	(3.540)	(6.692)
	<u>55.308</u>	<u>61.191</u>	<u>57.159</u>
Ativo diferido	72.937	66.329	63.546
Passivo diferido	<u>(17.629)</u>	<u>(5.138)</u>	<u>(6.387)</u>
	<u>55.308</u>	<u>61.191</u>	<u>57.159</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/10	31/12/09
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(121.143)	(102.305)
Imposto de renda diferido	<u>(12.200)</u>	<u>(550)</u>
	<u>(133.343)</u>	<u>(102.855)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(43.998)	(37.839)
Contribuição social diferida	<u>1.394</u>	<u>(181)</u>
	<u>(42.604)</u>	<u>(38.020)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/10	31/12/09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	769.985	356.058
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(261.795)	(121.060)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Avaliação de investimento a valor justo – ágio	78.488	-
Amortização de ágio em investimentos	-	(12.069)
Outras	7.360	(7.746)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(175.947)</u>	<u>(140.875)</u>

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Impostos sobre faturamento:						
ISS	-	6	5	6.948	5.818	4.415
Cofins	-	162	285	4.656	4.009	3.074
PIS	-	35	62	1.009	869	752
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	643	816
ISS na fonte	1	-	-	628	588	936
Outros impostos	24	20	-	8.516	2.554	1.990
	<u>25</u>	<u>223</u>	<u>352</u>	<u>21.757</u>	<u>14.481</u>	<u>11.983</u>

19. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS - CONSOLIDADO (IFRSs e BR GAAP)

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 88.025 e refere-se ao contas a pagar assumido pela controlada direta Elog S.A. proveniente da aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. A dívida possui vencimento em 3 de janeiro de 2011.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDOR	VENCIMENTO FINAL	TAXA MÉDIA PONDERADA DE JUROS	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
			31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Em moeda nacional:								
BNDES	13/04/17	TJLP + 2,38% a.a.	-	-	-	42.410	58.947	64.692
Capital de giro	07/04/11	107,50% do CDI	-	-	-	20.338	-	-
Capital de giro	24/05/12	107,70% do CDI	-	-	-	11.692	17.337	23.682
Capital de giro	23/11/11	110,20% do CDI	-	-	-	35.434	-	-
Capital de giro	23/11/10	CDI + 1,084% a.a.	-	-	-	-	42.480	-
Capital de giro	07/11/10	CDI + 1,5% a.a.	-	-	-	-	47.624	-
Capital de giro	28/10/14	CDI + 2,032% a.a.	-	-	-	35.110	31.342	-
Equipamentos	26/03/12	CDI + 2,6% aa	-	-	-	421	-	-
Capital de giro	31/05/10	CDI + 3,04% a.a.	-	-	-	-	27.478	-
Capital de giro	01/11/09	CDI + 5,5% a.a.	-	-	-	-	-	71.377
Capital de giro	01/12/09	CDI + 4,5% a.a.	-	-	361.713	-	-	361.713
Cédula de crédito imobiliário	08/02/20	IPCA + 7,20% a.a.	-	-	-	34.505	-	-
Equipamentos	15/10/15	14,53% a.a.	-	-	-	4.131	-	-
Notas promissórias	12/04/11	CDI + 1,20% a.a.	-	-	-	373.337	351.756	-
			-	-	361.713	557.378	576.964	521.464
Em moeda estrangeira:								
Equipamentos	20/01/14	9% a.a. + VC	-	-	-	764	1.205	-
Equipamentos	25/09/13	9% a.a. + VC	-	-	-	780	1.452	-
Capital de giro	04/12/15	6% a.a. + VC	-	-	-	-	-	-
Capital de giro	04/12/15	Libor + 4,20% a.a.	-	-	-	11.917	-	-
Equipamentos	15/03/14	VC + 9,25% a.a.	-	-	-	2.907	-	-
			-	-	-	16.368	2.657	-
			-	-	361.713	573.746	579.621	521.464
Circulante			-	-	361.713	450.241	484.521	446.091
Não circulante			-	-	-	123.505	95.100	75.373

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/10
2012	19.188
2013	14.103
2014	48.372
2015	13.119
2016	10.206
Posteriores a 2016	18.517
	<u>123.505</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada indireta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 37.100, perfazendo o total de R\$ 371.000, com vencimento em 120 dias da emissão

e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avaliata e controladora EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., a manutenção de índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$ 800.000. Com relação à Ecopistas, esta deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação da despesa financeira com o EBITDA menor que 1,35 ponto e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$ 450.000. Em 31 de dezembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos. Entre outras, em garantia das notas promissórias, a controlada Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios e ofereceu como garantia real a alienação fiduciária de 100% das ações detidas pela EcoRodovias Concessões e Ecopistas, nos termos dos Instrumentos Particulares de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição das Notas Promissórias, datados de 15 de dezembro de 2009 e 11 de junho de 2010, respectivamente ("Notas Promissórias Ecopistas").

As taxas aplicáveis à remuneração das notas promissórias são conforme contrato. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as notas promissórias. As despesas com emissão serão amortizadas pelo prazo de 120 dias e registradas como resultado financeiro.

- Em 8 de março de 2010, a Ecopátio Bracor Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, com valor nominal de R\$ 1.000, perfazendo na data de emissão R\$ 90.000 (R\$ 89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio Bracor Imigrantes emitiu 2 cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).
- Em março de 2007, a controlada Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de R\$ 73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R\$ 63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela Companhia. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros (*covenants*), que correspondem à relação do patrimônio líquido com o passivo total, após a fase de implantação do projeto, sendo o índice exigido a partir de 2010 até o encerramento do contrato de 0,30. Tal índice deverá ser apurado anualmente com base nas informações trimestrais da Ecopátio, tendo como avaliata a Companhia. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2010.
- O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (*covenants*). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Concessões.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (*covenants*). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBTIDA deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBTIDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5.

21. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:			
Menos de um ano	1.257	548	418
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.549	1.274	105
	<u>2.806</u>	<u>1.822</u>	<u>523</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	87	81	3
Obrigações de arrendamento financeiro – saldo contábil	<u>2.893</u>	<u>1.903</u>	<u>526</u>
Circulante	1.344	629	421
Não circulante	1.549	1.274	105

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Ativo imobilizado" e apresenta R\$ 2.022 e R\$ 2.244 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

22. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Principal corrigido	1.175.944	1.106.110	511.768
Remuneração (juros)	30.275	23.463	17.631
Custos com emissão de debêntures	(11.538)	(10.543)	(6.503)
	<u>1.194.681</u>	<u>1.119.030</u>	<u>522.896</u>
Circulante	316.995	128.011	16.517
Não circulante	<u>877.686</u>	<u>991.019</u>	<u>506.379</u>

- A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R\$ 170.000 (R\$ 136.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em debêntures numa série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação teve classificação de risco AA- da Fitch.

- A controlada EcoRodovias Concessões concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$ 600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$ 460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, a segunda e terceira séries no montante de R\$ 69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

No período findo em 31 de dezembro de 2010, a controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços efetuou o pagamento de R\$ 56.033 referente à primeira série das debêntures, no montante de R\$ 49.678, e da terceira série, no montante de R\$ 6.356.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

- A controlada indireta Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$ 450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$ 135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$ 157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No exercício de 2010, a controlada indireta Ecovias efetuou pagamento de R\$ 161.500, sendo R\$ 64.750 referentes a juros da primeira, segunda e terceira séries das debêntures e R\$ 96.750 referentes ao valor principal da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação teve classificação de risco brAA- da Standard & Poors.

As principais características das debêntures emitidas são:

DESCRIÇÃO	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS	ECOVIAS	ELOG S.A.
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	170 (série única)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$ 1,00	R\$ 10,00	R\$ 1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2010	1ª série – não atualizável 2ª série – R\$ 1,040 3ª série – R\$ 1,040	1ª série – não atualizável 2ª série – R\$ 10,14 3ª série – R\$ 12,68	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série – não atualizável 2ª e 3ª séries – IPCA	1ª série – não atualizável 2ª e 3ª séries – IGP-M	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	1ª série – 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries – 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série – 104% do CDI 2ª e 3ª séries – 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 2,20% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/06/11 a 20/12/17)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/12/12 a 20/12/17)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	Não aplicável
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	SWL Corretora Ltda.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Itaú BBA

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/10			31/12/09		
	PARCELA	CUSTO	TOTAL	PARCELA	CUSTO	TOTAL
2011	-	-	-	292.105	(2.328)	289.777
2012	316.267	(2.814)	313.453	292.105	(2.328)	289.777
2013	285.862	(2.569)	283.293	246.898	(2.041)	244.857
2014	159.962	(1.389)	158.573	120.998	(1.054)	119.944
2015	74.124	(691)	73.433	46.957	(293)	46.664
2016	24.727	(260)	24.467	-	-	-
2017	24.727	(260)	24.467	-	-	-
	<u>885.669</u>	<u>(7.983)</u>	<u>877.686</u>	<u>999.063</u>	<u>(8.044)</u>	<u>991.019</u>

O contrato da controlada Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com EBITDA e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada EcoRodovias Concessões requer a manutenção de índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Elog S.A. requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e EBITDA deve ser inferior a 2,5 pontos; o EBITDA superior a R\$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior a 1,2 ponto. Os índices serão apurados semestralmente, com base no balanço consolidado da emissora por um período de quatro semestres consecutivos.

A Taxa Interna de Retorno – TIR das transações está demonstrada a seguir:

EMISSORA	SÉRIE	DATA	VALOR NOMINAL	DESPESAS COM EMISSÃO	VALOR LÍQUIDO	TAXA DE JUROS	TIR
Elog S.A. (*)	Série única	20/12/10	136.000	(1.685)	134.315	CDI + 2,2%	14,60%
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures – 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2%
	Debêntures – 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,39%+ IPCA
	Debêntures – 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,37%+ IPCA
Ecovias	Debêntures – 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures – 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures – 3ª série	01/11/06	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
			<u>1.186.000</u>	<u>(18.824)</u>	<u>1.167.176</u>		

(*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R\$170.000 (R\$136.000 são referentes a 80% da participação da EcoRodovias).

23. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo						
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul	33	31	126	-	-	-
Consórcio Serra do Mar	-	-	-	260	-	-
	<u>33</u>	<u>31</u>	<u>126</u>	<u>260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivo						
Consórcio Planalto (a)	-	-	-	7	100	-
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	-	-	1.756	-
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	72	-	1.607	12.428
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (d)	-	-	-	87	165	5
TB Transportadora Betumes Ltda.	-	-	-	35	-	-
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	-	-	271	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>400</u>	<u>3.628</u>	<u>12.433</u>

Resultado

SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	-	-	-	1.579
Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (e)	<u>(384)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(384)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.579</u>

As operações com empresas relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da "Nova" Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$ 58.263, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2010, há um saldo de R\$ 343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

(b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul, presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul, a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$ 22.887 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$ 31.165, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de dezembro de 2010, há um saldo de R\$ 3.507 a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de

viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e o Consórcio Serra do Mar é de R\$ 180.589, incluindo aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2010, há um saldo de R\$ 36.663 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

(d) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a C.R. Almeida é de R\$ 5.370. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$ 286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

(e) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R\$ 33 mil.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2010 em R\$ 9.192 (R\$ 6.903 para o exercício de 2009).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano 2011 para, entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 10.476, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance devido a assistência ao incremento na governança corporativa como companhia aberta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Salários e ordenados	4.960	4.095
Benefícios diretos e indiretos	5.516	2.764
	<u>10.476</u>	<u>6.859</u>

24. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem em um período médio de cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo é de R\$ 144.854 (R\$ 161.584 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 162.241 em 1º de janeiro de 2009), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	162.422	206.555	209.025
Ajuste a valor presente – realizações	<u>(17.568)</u>	<u>(44.971)</u>	<u>(46.784)</u>
	<u>144.854</u>	<u>161.584</u>	<u>162.241</u>
Circulante	<u>24.337</u>	<u>58.238</u>	<u>39.416</u>
Não circulante	<u>120.517</u>	<u>103.346</u>	<u>122.825</u>

25. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Constituição da provisão para construção de obras futuras	21.179	21.179	7.909
Ajuste a valor presente	<u>(4.150)</u>	<u>(5.748)</u>	<u>(3.227)</u>
	<u>17.029</u>	<u>15.431</u>	<u>4.682</u>
Circulante	<u>10.143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>6.886</u>	<u>15.431</u>	<u>4.682</u>

26. CREDOR PELA CONCESSÃO

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Parcelas fixas	72.050	379.490	77.915
Parcelas variáveis	<u>2.587</u>	<u>2.368</u>	<u>1.773</u>
	<u>74.637</u>	<u>381.858</u>	<u>79.688</u>
Circulante	<u>15.205</u>	<u>322.177</u>	<u>13.381</u>
Não circulante	<u>59.432</u>	<u>59.681</u>	<u>66.307</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 31 de dezembro de 2010, restam 89 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 62,92% do total (59,92% em 31 de dezembro de 2009).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2010, todas as parcelas haviam sido pagas (33,3% em 31 de dezembro de 2009).

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2011	-	10.664	10.851
2012	11.553	9.739	9.909
2013	10.842	8.894	9.050
2014	9.901	8.122	8.264
Posteriores a 2015	<u>27.136</u>	<u>22.262</u>	<u>28.233</u>
	<u>59.432</u>	<u>59.681</u>	<u>66.307</u>

27. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Salários e outras obrigações a pagar	3.122	3.111	2.521
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a recolher	28	167	170
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS a recolher	60	54	43
IRRF a recolher	259	43	245
Provisão de férias	741	579	537
Encargos sobre provisões	<u>639</u>	<u>202</u>	<u>145</u>
	<u>4.849</u>	<u>4.156</u>	<u>3.761</u>

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Salários e outras obrigações a pagar	11.269	7.740	6.605
INSS a recolher	2.928	1.479	1.279
FGTS a recolher	851	493	360
IRRF a recolher	1.060	786	775
Provisão de férias	9.144	5.251	4.004
Encargos sobre provisões	<u>3.411</u>	<u>1.942</u>	<u>1.447</u>
	<u>28.663</u>	<u>17.691</u>	<u>14.470</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

28. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

O saldo da provisão é o seguinte:

PROCESSOS	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Cíveis (a)	31.268	14.304	12.917
Tributários (b)	863	1.340	2.787
Trabalhistas (c)	15.548	9.183	6.259
Não circulante	<u>47.679</u>	<u>24.827</u>	<u>21.963</u>

»» MOVIMENTAÇÃO ENTRE 1º DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NATUREZA	01/01/09	ADIÇÕES	BAIXAS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31/12/09
Cível (a)	12.917	3.184	(2.997)	1.200	14.304
Tributária (b)	2.787	614	(2.459)	398	1.340
Trabalhista (c)	6.259	3.426	(1.169)	667	9.183
	<u>21.963</u>	<u>7.224</u>	<u>(6.625)</u>	<u>2.265</u>	<u>24.827</u>

»» MOVIMENTAÇÃO ENTRE 1º DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NATUREZA	31/12/09	ADIÇÕES	SALDOS RECEBIDOS NA AQUISIÇÃO DE NOVAS EMPRESAS (*)	BAIXAS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31/12/10
Cível (a)	14.304	16.032	1.521	(2.334)	1.745	31.268
Tributária (b)	1.340	503	337	(1.362)	45	863
Trabalhista (c)	9.183	2.980	5.078	(2.830)	1.137	15.548
	<u>24.827</u>	<u>19.515</u>	<u>6.936</u>	<u>(6.526)</u>	<u>2.927</u>	<u>47.679</u>

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas Armazéns Gerais Columbia S.A. e EADI Sul Terminal de Cargas Ltda. pela controlada direta Elog S.A.

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam R\$ 10.990 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 11.698 em 31 de dezembro de 2009), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Na operação de logística encontram-se principalmente processos envolvendo pleitos de indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia constitui provisão para os processos avaliados como perda provável no total de R\$ 790.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$ 12.465 (R\$ 19.638 em 31 de dezembro de 2009), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão, os principais processos tributários são conforme segue:

a) Processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo – SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, e o auto foi julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$ 81.000 para R\$ 11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consul-

tores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e são possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

b) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas – RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

Para a operação de logística, existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$ 446, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributários o que segue:

c) Processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação e de 50% de IPI sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem relação alguma com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R\$ 15.357. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 18.833, dos quais R\$ 5.033 (80% referentes à participação da Companhia) se referem a operação de logística (R\$ 12.681 em 31 de dezembro de 2009), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A controlada indireta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da controlada). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra a reclamada, e o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 5.192 (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2009). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a Companhia, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$ 2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Oferta pública de ações

Em 6 de abril de 2010, o capital social foi integralizado em R\$ 874.000, mediante a oferta pública de 92.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, no valor unitário de R\$ 9,50. Como consequência, o capital social da Companhia passou de R\$ 466.699 para R\$ 1.320.549, mediante a emissão de 92.000 ações ordinárias.

DESCRIÇÃO	31/12/10
Ações primárias	92.000
Preço de emissão – R\$	9,50
Aumento de capital	<u>874.000</u>
Ações secundárias	33.220
Lote suplementar – secundária	18.783

De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BMF&BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de ações de sua emissão estejam em circulação no mercado.

Em 30 de abril de 2010, o Coordenador Líder exerceu a opção exclusiva que lhe foi outorgada pela Companhia e por seu acionista Primav Construções e Comércio S.A., para a distribuição de um lote suplementar de ações ("ações do lote suplementar"), tendo sido colocadas 18.783.000 ações de titularidade unicamente da Primav Construções e Comércio S.A. (ações secundárias), nas mesmas condições e preço da oferta inicial das ações. Esse lote suplementar foi destinado exclusivamente a atender ao excesso de demanda. A oferta totalizou R\$ 1.368.028.

d) Custos de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. Esses gastos incorridos totalizaram R\$ 20.150, líquidos dos efeitos fiscais.

e) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

f) Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros em 2010 foi constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previsto em orçamento de capital que será submetido às Assembleia Geral Ordinária, e também para proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

O valor constituído para reserva de orçamento de capital foi de R\$ 215.747, e para constituição da reserva de dividendos o valor de R\$ 142.158.

g) Dividendos propostos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$ 150.099, referentes ao lucro do exercício de 2009.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	31/12/10
Prejuízos acumulados	(42.357)
Lucro líquido do exercício	590.295
Reserva legal (5%)	(27.397)
Base de cálculo dos dividendos	<u>520.541</u>
Proposta da Administração:	
Juros sobre o capital próprio líquido do IRRF	(9.498)
Dividendos intermediários	(117.327)
Dividendos propostos	(3.310)
Dividendo mínimo obrigatório, proposto e pago	<u><u>130.135</u></u>

h) Plano de opções de compra de ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária – AGE com data de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção de compra de ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 685.764 ações ordinárias para esse plano, como segue:

DATA DA PRIMEIRA OUTORGA	31/08/10
Quantidade de opções de ações	685.764
Preço de exercício – R\$ por ação	R\$ 9,95
Índice de reajuste	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$ 324.

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opções entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	QUANTIDADE DE OPÇÕES
Em aberto no início do período – 31 de agosto de 2010	685.764

Não houve ações canceladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

ANO	QUANTIDADE DE OPÇÕES	PREÇO DE EXERCÍCIO ATUALIZADO	VALOR JUSTO DA OPÇÃO NA DATA DE EMISSÃO	PRAZO PARA EXERCER
2011	171.441	R\$ 10,22	2,16	11 meses
2012	171.441	R\$ 10,22	2,82	23 meses
2013	171.441	R\$ 10,22	3,38	35 meses
2014	171.441	R\$ 10,22	3,88	47 meses
	<u>685.764</u>			

As condições para exercício das opções estão demonstradas a seguir:

CONDIÇÕES	PRAZO
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 12 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 24 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 36 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 685.764 ações)	Após 48 meses de prestação de serviço

O valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 31 de agosto de 2010, foi reconhecido como despesa no exercício de 2010 (períodos em que o direito foi adquirido). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Reserva de capital – outorga de opções de ações", no patrimônio líquido. O montante reconhecido em 2010 foi de R\$ 324.

i) Reserva de capital

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de remuneração de ações a empregados no valor de R\$ 30.825, transferido para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

30. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS – ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$7.955 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2010, o valor total compensado foi de R\$ 194.700 (R\$ 168.260 em 31 de dezembro de 2009).

31. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	643.863	560.786
Pedágio por equipamento eletrônico	459.179	326.403
Vale-pedágio e pedágio em cupons	127.321	107.066
Outras	2.897	2.893
	<u>1.233.260</u>	<u>997.148</u>
Receitas com construção	174.700	124.867
Receita de logística e de prestação de serviços (a)	72.103	39.187
Receitas acessórias (b)	48.184	40.111
Receita bruta	<u>1.528.247</u>	<u>1.201.313</u>
Deduções de receita	<u>(100.639)</u>	<u>(73.747)</u>
Receita líquida	<u>1.427.608</u>	<u>1.127.566</u>

(a) Refere-se à receita das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação – Redex e às receitas de prestação de serviços da controlada Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. – STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

Controladora (BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09
Pessoal	19.416	13.476
Conservação e manutenção	478	448
Serviços de terceiros	12.888	8.605
Seguros	512	145
Depreciação e amortização	848	500
Outros	3.904	2.207
Amortização de ágio de investimentos	-	20.471
	<u>38.046</u>	<u>45.852</u>

Classificados como:

Despesas com pessoal	19.416	13.476
Despesas gerais e administrativas	<u>18.630</u>	<u>32.376</u>
	<u>38.046</u>	<u>45.852</u>

Consolidado (IFRSs e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09
Pessoal	131.220	107.795
Conservação e manutenção	66.481	57.338
Serviços de terceiros (*)	81.480	61.787
Seguros	12.153	10.233
Depreciação e amortização	140.445	111.622
Poder Concedente	37.598	26.017
Outros	63.680	49.656
Provisão para manutenção	48.184	48.829
Custo de construção de obras	<u>174.700</u>	<u>124.867</u>
	<u>755.941</u>	<u>598.144</u>

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	623.618	490.932
Despesas com pessoal	56.651	47.673
Despesas gerais e administrativas	<u>75.672</u>	<u>59.539</u>
	<u>755.941</u>	<u>598.144</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	57.215	1.844	86.307	10.463
Variação monetária sobre financiamentos	664	-	1.216	1.276
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	5.621
Juros ativos sobre debêntures	-	-	-	7.348
Juros ativos	-	681	-	-
Outras	1.199	279	3.028	1.356
	57.078	2.804	90.551	26.064
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(112.188)	(55.772)
Juros sobre financiamentos	(2)	(32.185)	(62.933)	(87.996)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(46.276)	-
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(29.773)	(20.685)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(3.574)	(5.314)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	(65)	-	(3.006)
Despesas bancárias	(364)	(118)	(3.802)	(1.688)
Corretagem	-	(502)	-	(502)
Ajuste a valor presente – ICPC 01	-	-	(17.568)	(17.653)
Outras	(1.590)	(3.631)	(13.897)	(7.755)
	(1.956)	(36.501)	(290.011)	(200.371)
Resultado financeiro	57.122	(33.697)	(199.460)	(174.307)

34. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro básico por ação das operações	1,12	0,45	1,12	0,45
Lucro diluído por ação das operações	1,12	0,45	1,12	0,45

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	590.295	212.292	590.295	212.292
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	528.032	466.699	528.032	466.699

b) Diluído

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	590.295	212.292	590.295	212.292

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	528.032	466.699	528.032	466.699
Opções de empregados	324	-	324	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	528.356	466.699	528.356	466.669

35. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$ 4.403 (R\$ 2.914 em 31 de dezembro de 2009), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

36. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO (IFRSs E BR GAAP)

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco da taxa de câmbio e da taxa de juros), de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99,00% e 101,35% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (como derivados dos preços) (nível 2).

– Inserções aos ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (nível 3).

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL 2 CONTÁBIL	NÍVEL 2 MERCADO
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	872.654	872.654
Clientes	Empréstimos e recebíveis	85.217	85.217
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Disponível para venda	883.187	883.187
Passivos:			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	573.746	584.077
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	2.893	2.893
Debêntures	Custo amortizado	1.194.681	1.195.371
Credor pela concessão	Custo amortizado	74.637	97.534

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão, com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2010, a Ecopátio Logística Cubatão possui os seguintes contratos em moeda estrangeira:

CREDOR	31/12/10	
	R\$	MOEDA
Nordea Bank Finland PLC	925	US\$
Nordea Bank Finland PLC	1.006	E
Citibank	14.897	US\$

b) Risco da taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de *rating*, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

d) Riscos de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de as empresas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada na área de tesouraria. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda).

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a área de tesouraria, a qual investe o excesso de caixa em CDBs, LFTs e operações de debêntures (compromissadas), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha aplicações de curto prazo de R\$ 370.284 (R\$ 17.522 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 6.875 em 1º de janeiro de 2009).

f) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

g) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos operacionais para utilização em suas operações. A operação de *swap* contratada em 30 de dezembro de 2010 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

OPERAÇÃO	RISCO	Juros a incorrer		
		CENÁRIO I – PROVÁVEL	CENÁRIO II – 25%	CENÁRIO III – 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	32.408	36.776	41.089
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	107.392	120.857	134.299
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	154.023	178.001	201.773
Juros sobre debêntures – série única	Alta do CDI	89.101	107.048	124.810
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	33.688	38.704	45.802
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	10.973	13.714	16.458
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	243	274	285

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

INDICADORES	CENÁRIO I – PROVÁVEL	CENÁRIO II – 25%	CENÁRIO III – 50%
CDI (a)	10,64%	13,30%	15,96%
IGP-M (b)	8,23%	10,28%	12,34%
TJLP (c)	1,97408	2,4676	2,96112
US\$ (d)	1,6662	1,7604	1,7793

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2010; (b) Refere-se à taxa do IGP-M em 31 de dezembro de 2010; (c) Refere-se à TJLP em 31 de dezembro de 2010 e (d) Refere-se à taxa do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

37. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$ 2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$ 1.044 (R\$ 847 em 31 de dezembro de 2009), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

38. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

	COBERTURA
Seguro-garantia	R\$ 570 milhões
Equipamentos	R\$ 1 milhão
Empilhadeiras	R\$ 863 milhões
Riscos operacionais	R\$ 183 milhões
Responsabilidade civil	R\$ 209 milhões
Seguro-sede	R\$ 5 milhões
Risco de engenharia	R\$ 6 milhões
Veículos	Tabela FIPE
Operação portuária	US\$ 155 milhões
Multirrisco – patrimônio	R\$ 68 milhões
Imóveis	R\$ 38 milhões

39. CONTRATOS DE CONCESSÃO

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção,

na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R\$ 60 mensais do início até o 11º ano e de R\$ 66 mensais do 12º ano até o final do contrato.

b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$ 10 mensais até o 11º ano e de R\$ 11 mensais do 12º ano ao final do contrato.

c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Receita de construção	22.195	20.851
Custos de construção	<u>(22.195)</u>	<u>(20.851)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

No decorrer do exercício de 2010, houve alterações no contrato de concessão, como segue:

a) Aumento de escopo das obras da Marginal Tietê.

b) Antecipação das obras da Marginal Tietê.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros. As obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 – entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 – entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 – em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 – em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 – entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 – entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$ 87.000 (R\$ 44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Receita de construção	44.561	61.855
Custos de construção	(44.561)	(61.855)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R\$ 517.075 (R\$ 521.127 em 31 de dezembro de 2009).

Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$ 77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Em 31 de dezembro de 2010, a parcela reajustada era de R\$ 205.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito – PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel – PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia – PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu – PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Receita de construção	929	351
Custos de construção	(929)	(351)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros. As obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo – SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté – SP.

b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos – SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos – SP.

c) SPI-179/060 – interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema – SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema – SP.

d) SPI-035/056 – interligação Itaquaquetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba – SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba – SP.

e) SP-099 – Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos – SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos – SP.

f) SP-070 – trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté – SP.

g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$ 595.157 (R\$ 570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$ 118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Receita de construção	89.057	18.999
Custos de construção	(89.057)	(18.999)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$ 387.702 (R\$ 391.703 em 31 de dezembro de 2009).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. – Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (KM)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Receita de construção	17.958	22.811
Custos de construção	(17.958)	(22.811)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$ 103.569 (R\$ 121.836 em 31 de dezembro de 2009).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

40. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A e Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no estado por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de

controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma delas, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, isto é, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

41. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 1, 15 e 16.

42. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-maker – CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

O segmento de logística não atende aos parâmetros quantitativos para sua divulgação, nem é relevante para os usuários.

43. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Essas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

A reconciliação dos efeitos dos ajustes é como segue:

Consolidado (IFRSs E BR GAAP)

A) LUCRO LÍQUIDO	31/12/10				
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
Lucro anteriormente reportado	119.721	61.946	76.141	67.714	325.522
Goodwill – Elog	239.236	-	-	-	239.236
Amortização	-	(73)	(74)	(74)	(221)
Provisão para manutenção	(10.109)	(10.151)	(10.631)	(17.294)	(48.185)
Ajuste a valor presente	(4.436)	(4.436)	(4.436)	(4.260)	(17.568)
Reversão – depreciação local	51.139	52.443	54.120	55.998	213.700
Depreciação – curva tráfego	(25.075)	(25.376)	(25.911)	(30.056)	(106.418)
Receita de construção de obras	63.971	40.670	33.198	36.861	174.700
Custos com construção de obras	(63.971)	(40.670)	(33.198)	(36.861)	(174.700)
Efeito dos impostos	(6.325)	(3.773)	(3.999)	(1.077)	(15.174)
Participação dos acionistas não controladores	(137)	(148)	(153)	(159)	(597)
Lucro líquido reapresentado	<u>364.014</u>	<u>70.432</u>	<u>85.057</u>	<u>70.792</u>	<u>590.295</u>

B) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/10				
	SALDO EM 31/12/09	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
Patrimônio líquido anteriormente reportado	630.891	630.623	1.536.041	1.622.675	1.559.037
Provisão para manutenção	(161.585)	(167.012)	(160.313)	(148.411)	(144.853)
Intangível	70.497	256.119	332.262	333.365	334.059
Dividendos propostos adicionais	30.110	(30.110)	-	-	-
Efeito dos impostos	49.030	42.705	38.932	34.933	33.856
Participação dos acionistas não controladores	(299)	(436)	(584)	(737)	(896)
Patrimônio líquido reapresentado	<u>618.644</u>	<u>731.889</u>	<u>1.746.338</u>	<u>1.841.825</u>	<u>1.781.203</u>

31/12/09

1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
54.293	46.425	38.415	53.260	192.393
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
(9.557)	(12.934)	(13.301)	(13.037)	(48.829)
(4.164)	(4.306)	(4.591)	(4.591)	(17.652)
38.249	44.224	48.518	49.612	180.603
(20.387)	(21.091)	(22.498)	(22.520)	(86.496)
13.849	34.989	31.563	44.466	124.867
(13.849)	(34.989)	(31.563)	(44.466)	(124.867)
(876)	(1.472)	(2.232)	(2.686)	(7.266)
(91)	(110)	(122)	(135)	(458)
<u>57.467</u>	<u>50.736</u>	<u>44.189</u>	<u>59.903</u>	<u>212.295</u>

31/12/09

SALDO EM 31/12/09	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
581.104	635.397	660.821	651.115	630.891
(162.240)	(169.864)	(163.251)	(160.978)	(161.585)
43.528	55.292	54.572	60.427	70.497
27.513	(27.513)	-	-	30.110
56.296	55.420	53.948	51.716	49.030
159	68	(42)	(164)	(299)
<u>546.360</u>	<u>548.800</u>	<u>606.048</u>	<u>602.116</u>	<u>618.644</u>

Controladora (BR GAAP)**31/12/10**

A) LUCRO LÍQUIDO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
Lucro anteriormente reportado	119.721	61.946	76.141	67.714	325.522
<i>Goodwill</i> – Elog	239.236	-	-	-	239.236
Amortização	-	(73)	(74)	(74)	(221)
Provisão para manutenção	(10.109)	(10.151)	(10.631)	(17.294)	(48.185)
Ajuste a valor presente	(4.436)	(4.436)	(4.436)	(4.260)	(17.568)
Reversão – depreciação local	51.139	52.443	54.120	55.998	213.700
Depreciação – curva tráfego	(25.075)	(25.376)	(25.911)	(30.056)	(106.418)
Receita de construção de obras	63.971	40.670	33.198	36.861	174.700
Custos com construção de obras	(63.971)	(40.670)	(33.198)	(36.861)	(174.700)
Efeito dos impostos	(6.325)	(3.773)	(3.999)	(1.077)	(15.174)
Participação dos acionistas não controladores	(137)	(148)	(153)	(159)	(597)
Lucro líquido reapresentado	<u>364.014</u>	<u>70.432</u>	<u>85.057</u>	<u>70.792</u>	<u>590.295</u>

31/12/10

B) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SALDO EM 31/12/09	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
Patrimônio líquido anteriormente reportado	630.891	630.623	1.536.041	1.622.675	1.559.037
Provisão para manutenção	(161.585)	(167.012)	(160.313)	(148.411)	(144.853)
Investimento	-	239.236	239.163	239.089	239.015
Intangível	70.497	16.883	93.099	94.276	95.044
Dividendos propostos adicionais	30.110	(30.110)	-	-	-
Efeito dos impostos	49.030	42.705	38.932	34.933	33.856
Participação dos acionistas não controladores	(299)	(436)	(584)	(737)	(896)
Patrimônio líquido reapresentado	<u>618.644</u>	<u>731.889</u>	<u>1.746.338</u>	<u>1.841.825</u>	<u>1.781.203</u>

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em AGE realizada em 18 de janeiro de 2011 foi autorizada à controlada indireta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Companhia, no valor total de R\$ 350.000, podendo ser aumentado de forma proporcional entre as séries em até 5,71% com relação à quantidade originalmente oferecida, tendo em vista a opção de debêntures adicionais, conforme termos e condições da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Quatro Séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, cujos recursos líquidos serão integralmente destinados ao pagamento de parte do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da emissora, no valor de R\$ 371.000; os recursos para o pagamento do restante da dívida em questão serão provenientes de recursos do caixa da Companhia.

45. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e das empresas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2011.

31/12/09

1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
54.293	46.425	38.415	53.260	192.393
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
(9.557)	(12.934)	(13.301)	(13.037)	(48.829)
(4.164)	(4.306)	(4.591)	(4.591)	(17.652)
38.249	44.224	48.518	49.612	180.603
(20.387)	(21.091)	(22.498)	(22.520)	(86.496)
13.849	34.989	31.563	44.466	124.867
(13.849)	(34.989)	(31.563)	(44.466)	(124.867)
(876)	(1.472)	(2.232)	(2.686)	(7.266)
[91]	[110]	[122]	[135]	[458]
<u>57.467</u>	<u>50.736</u>	<u>44.189</u>	<u>59.903</u>	<u>212.295</u>

31/12/09

SALDO EM 31/12/09	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
581.104	635.397	660.821	651.115	630.891
(162.240)	(169.864)	(163.251)	(160.978)	(161.585)
-	-	-	-	-
43.528	55.292	54.572	60.427	70.497
27.513	(27.513)	-	-	30.110
56.296	55.420	53.948	51.716	49.030
159	68	(42)	(164)	(299)
<u>546.360</u>	<u>548.800</u>	<u>606.048</u>	<u>602.116</u>	<u>618.644</u>

Conselho de Administração

Marco Antonio Cassou – Presidente

César Beltrão de Almeida – Efetivo

João Alberto Gomes Bernacchio – Efetivo

Massimo Villa – Efetivo

Giuseppe Quarta – Efetivo

Alessandro Rivano – Efetivo

Eduardo Bunker Gentil – Independente

Francisco Henrique Passos Fernandes – Suplente

Gianfranco Catrini – Suplente

Composição da Diretoria

Marcelino Rafart de Seras – Diretor Presidente

Federico Botto – Diretor Vice-presidente Executivo

Marcello Guidotti – Diretor de Finanças

Roberto Koiti Nakagome – Diretor de Relações com Investidores

Dario Rais Lopes – Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Luis Augusto de Camargo Opice – Diretor de Logística

Contadora

Ana Silvia de Almeida

CRC 1SP-159542/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias” ou “Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2



Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - 3º andar
CEP 04547 005 Vila Olímpia São Paulo SP Brasil
Telefone (55 11) 3787-2667

www.ecorodovias.com.br